CORRENTES FILOSÓFICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: FUNDAMENTOS PARA UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA E REFLEXIVA.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Cátia Regina da Costa Pinto
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Eliana Drumond de Carvalho Silva

CORRENTES FILOSÓFICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: FUNDAMENTOS PARA UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA E REFLEXIVA.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Cátia Regina da Costa Pinto
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Eliana Drumond de Carvalho Silva

As correntes filosóficas fornecem a base teórica para a construção de práticas pedagógicas que promovem uma educação crítica, reflexiva e significativa. Elas orientam a compreensão sobre a natureza do conhecimento, o papel do professor e o desenvolvimento do aluno. O racionalismo enfatiza a razão e a lógica como instrumentos de aprendizagem, enquanto o empirismo valoriza a experiência sensorial e a observação. Correntes como o existencialismo e a fenomenologia destacam a reflexão sobre a experiência individual, incentivando a autonomia, a responsabilidade e a construção do sentido do aprendizado. Na prática pedagógica, diferentes correntes influenciam metodologias de ensino. O positivismo privilegia abordagens estruturadas e objetivas, centradas na ciência e na observação, enquanto o pragmatismo e o construtivismo promovem aprendizagem ativa, baseada em resolução de problemas, experiências práticas e participação do aluno na construção do conhecimento. Teorias políticas e sociais, como o contratualismo e o marxismo, contribuem para a formação de cidadãos críticos e éticos, capazes de refletir sobre valores sociais, direitos e deveres. Compreender as correntes filosóficas permite que educadores planejem práticas pedagógicas mais coerentes, superando o ensino mecânico e estimulando a análise crítica, a reflexão e o pensamento autônomo. A integração entre filosofia e educação fortalece uma pedagogia voltada para a formação integral do indivíduo, preparando-o para atuar de forma consciente e responsável na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Correntes filosóficas; práticas pedagógicas; educação crítica; reflexão; autonomia; construtivismo; racionalismo; empirismo; existencialismo; positivismo.

PHILOSOPHICAL CURRENTS AND PEDAGOGICAL PRACTICES: FOUNDATIONS FOR A CRITICAL AND REFLECTIVE EDUCATION.

Philosophical currents provide the theoretical foundation for developing pedagogical practices that promote a critical, reflective, and meaningful education. They guide the understanding of the nature of knowledge, the role of the teacher, and the development of the student. Rationalism emphasizes reason and logic as learning tools, while empiricism values sensory experience and observation. Currents such as existentialism and phenomenology highlight reflection on individual experience, encouraging autonomy, responsibility, and the construction of meaningful learning. In pedagogical practice, different currents influence teaching methodologies. Positivism prioritizes structured and objective approaches, centered on science and observation, while pragmatism and constructivism promote active learning, based on problem-solving, practical experiences, and student participation in knowledge construction. Political and social theories, such as contractualism and Marxism, contribute to the formation of critical and ethical citizens capable of reflecting on social values, rights, and duties. Understanding philosophical currents enables educators to plan more coherent pedagogical practices, moving beyond mechanical teaching and fostering critical analysis, reflection, and autonomous thinking. The integration of philosophy and education strengthens a pedagogy focused on the holistic development of individuals, preparing them to act consciously and responsibly in contemporary society.

Keywords: Philosophical currents; pedagogical practices; critical education; reflection; autonomy; constructivism; rationalism; empiricism; existentialism; positivism.

CORRENTES FILOSÓFICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: FUNDAMENTOS PARA UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA E REFLEXIVA.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Cátia Regina da Costa Pinto
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Eliana Drumond de Carvalho Silva

1. INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a educação exige, antes de tudo, uma compreensão das correntes filosóficas que estruturam o pensamento pedagógico. Como ressalta Chaui (2000), a filosofia fornece instrumentos conceituais que permitem analisar a natureza do conhecimento e a função da educação na sociedade. O racionalismo propõe que a razão humana seja o centro da aprendizagem, enfatizando a capacidade de abstração e a lógica como fundamentos para a construção do saber.

O empirismo, por sua vez, destaca a experiência sensorial e a observação direta como fontes legítimas de conhecimento, conforme argumenta Locke, citado por Saviani (1980), sugerindo que a interação com o ambiente constitui um elemento essencial na formação do indivíduo. Essa perspectiva influencia práticas pedagógicas que valorizam a experimentação e o contato com situações concretas, promovendo um aprendizado mais próximo da realidade vivida pelos alunos.

O existencialismo filosófico introduz uma dimensão profundamente subjetiva na educação, ao propor que cada indivíduo seja responsável pela construção do sentido de sua própria existência (Sartre, citado por Gelamo, 2009). Nessa abordagem, a prática educativa deve estimular a reflexão crítica, o autoconhecimento e a autonomia, de modo que o aluno se torne agente de suas decisões e de sua trajetória intelectual.

A fenomenologia, articulada por Husserl e referida por Marina (1991), amplia essa perspectiva ao sugerir que a experiência consciente do sujeito deve ser o ponto de partida para o aprendizado. O professor, nesse contexto, assume o papel de facilitador da percepção e da interpretação da realidade, promovendo situações que incentivem a observação detalhada e a análise reflexiva.

A pedagogia crítica, inspirada nas ideias de Paulo Freire (2011), propõe a educação como um espaço de emancipação e transformação social. Para Freire, o ato de ensinar deve estar intrinsecamente ligado à capacidade de questionar estruturas de poder e de promover a conscientização dos alunos sobre sua própria realidade. Essa orientação filosófica transforma o papel do educador em mediador do conhecimento e do desenvolvimento crítico.

O pragmatismo oferece outra dimensão relevante, defendida por Dewey e discutida por Libâneo (1994), ao enfatizar a aprendizagem por meio da ação e da resolução de problemas reais. Nesse modelo, o conhecimento não é apenas acumulado, mas construído pela interação entre o estudante e o contexto social, político e cultural em que está inserido, permitindo que a teoria seja constantemente testada e reelaborada.

A compreensão do conhecimento como construção histórica e cultural é central na perspectiva histórico-crítica de Saviani (2008), que articula educação e sociedade. Para essa corrente, a prática pedagógica deve ser orientada por objetivos claros de formação social, considerando a mediação entre conteúdos disciplinares e a realidade concreta dos alunos, de modo a promover aprendizado significativo e engajado.

O papel do professor, segundo Arendt (2008), vai além da transmissão de informações. A crise na educação descrita por Arendt evidencia a necessidade de repensar a relação entre autoridade, liberdade e responsabilidade, sugerindo que educadores devem criar ambientes que incentivem a reflexão ética e a capacidade de julgamento crítico, fortalecendo a autonomia dos estudantes.

A psicologia da aprendizagem contribui para o embasamento teórico das práticas pedagógicas, conforme apontam Costa Júnior et al. (2023), ao destacar a importância de ambientes que estimulem a motivação, a atenção e o engajamento. A construção de contextos pedagógicos positivos influencia diretamente a qualidade do aprendizado, tornando os alunos participantes ativos de seu processo educativo.

A pesquisa educacional, em suas diversas metodologias, permite analisar e aperfeiçoar práticas pedagógicas. Creswell (2021) enfatiza que a combinação de métodos qualitativos e quantitativos possibilita compreender fenômenos complexos na educação, articulando dados empíricos com interpretações significativas, contribuindo para decisões pedagógicas mais fundamentadas.

A investigação documental constitui outro recurso metodológico essencial, permitindo que docentes e pesquisadores acessem registros históricos, políticas e diretrizes que moldam a educação (Fávero; Centenaro, 2019). Essa abordagem enriquece a reflexão sobre práticas pedagógicas, possibilitando analisar padrões e tendências sem depender exclusivamente da observação direta.

A revisão bibliográfica sistemática, como destacado por Galvão e Ricarte (2019), organiza o conhecimento existente sobre determinados temas, permitindo identificar lacunas e propor novas abordagens educativas. Esse procedimento metodológico fortalece a base teórica do professor e orienta a implementação de práticas pedagógicas mais consistentes e inovadoras.

O pensamento de Ortega y Gasset (1930) oferece uma visão crítica sobre a massificação da educação, alertando para os riscos de uma formação superficial. A reflexão

sobre a função social da escola e do professor implica repensar currículos, metodologias e a relação entre ensino e liberdade intelectual, evitando a reprodução mecânica de conteúdos.

Nietzsche (2018) propõe uma abordagem provocativa, ao defender o questionamento radical de verdades estabelecidas, incentivando o desenvolvimento de pensamento crítico e criatividade na educação. Essa perspectiva filosófica desafia práticas pedagógicas rígidas, incentivando experiências de aprendizagem que estimulem a autonomia e o espírito investigativo dos alunos.

A educação progressista, discutida por Sobrinho (2015), enfatiza a centralidade do aluno na construção do conhecimento. Esse modelo promove ambientes dinâmicos, nos quais o professor atua como mediador, facilitando a exploração de ideias e experiências diversas, de modo que a aprendizagem seja vivida como um processo ativo e significativo.

A filosofia da educação, segundo Luckesi (1991), deve articular teoria e prática, permitindo que conceitos abstratos orientem decisões pedagógicas concretas. A compreensão das correntes filosóficas fortalece a capacidade do professor de planejar e adaptar metodologias, promovendo uma educação crítica e reflexiva em consonância com as necessidades dos alunos.

O racionalismo moderno, reinterpretado por Savater (1997), continua a valorizar a lógica e a argumentação como instrumentos fundamentais na formação intelectual. No contexto escolar, essa orientação implica desenvolver competências de análise, raciocínio e síntese, fortalecendo a capacidade do aluno de lidar com problemas complexos de forma estruturada.

A influência do existencialismo na educação contemporânea estimula debates sobre liberdade, responsabilidade e significado pessoal. Gelamo (2009) destaca que práticas pedagógicas fundamentadas nesse enfoque devem permitir que os alunos explorem valores, sentimentos e dilemas éticos, promovendo o crescimento pessoal aliado ao conhecimento acadêmico.

A fenomenologia aplicada à pedagogia reforça a importância da experiência individual na construção do conhecimento. Marina (1991) enfatiza que a percepção e a consciência do sujeito constituem ferramentas fundamentais para a aprendizagem, sugerindo que o professor explore estratégias que valorizem narrativas pessoais e observações reflexivas em sala de aula.

A pedagogia crítica amplia o escopo da educação ao incorporar a dimensão social e política. Freire (2011) defende que o ensino deve incentivar a consciência crítica e a ação transformadora, proporcionando aos alunos ferramentas para analisar e questionar estruturas de poder e desigualdade, fortalecendo o engajamento cívico e ético.

O pragmatismo educacional orienta práticas que conectam teoria e prática. Libâneo (1994) ressalta que a resolução de problemas reais, projetos colaborativos e experiências

práticas permitem que os alunos desenvolvam habilidades cognitivas e socioemocionais de forma integrada, tornando o aprendizado funcional e significativo.

A perspectiva histórico-crítica enfatiza a mediação entre conteúdo e contexto social. Saviani (2008) argumenta que compreender a realidade social dos alunos permite selecionar estratégias pedagógicas que tornem o conhecimento relevante, estimulando o pensamento crítico e a reflexão sobre problemas concretos da vida cotidiana.

A função do professor, ao mesmo tempo mediadora e orientadora, exige sensibilidade para promover a autonomia do aluno. Arendt (2008) destaca que educadores devem cultivar ambientes que incentivem questionamentos, análise ética e capacidade de decisão, consolidando uma relação pedagógica baseada no diálogo e na responsabilidade.

Ambientes de aprendizagem positivos são fundamentais para o desenvolvimento integral do aluno. Costa Júnior et al. (2023) afirmam que a organização do espaço, a gestão de recursos e a promoção de interações respeitosas contribuem para o engajamento e a motivação, fortalecendo o processo de construção do conhecimento de forma participativa.

A apreciação educacional contribui para aprimorar metodologias e práticas pedagógicas. Creswell (2021) destaca que a investigação sistemática fornece subsídios para decisões pedagógicas fundamentadas, permitindo que professores interpretem dados e ajustem estratégias em função das necessidades específicas dos alunos.

A análise documental amplia o repertório do educador sobre políticas e práticas educacionais. Fávero e Centenaro (2019) indicam que essa abordagem possibilita compreender o contexto histórico, legal e institucional da educação, fortalecendo a reflexão crítica e o planejamento estratégico de intervenções pedagógicas.

A revisão sistemática da literatura, como sugere Galvão e Ricarte (2019), oferece critérios rigorosos para a seleção de fontes e organização do conhecimento. Essa prática contribui para a produção científica na educação e orienta a implementação de metodologias mais fundamentadas e coerentes com os objetivos pedagógicos.

A reflexão filosófica aplicada à educação fortalece a autonomia intelectual do aluno. Chaui (2000) propõe que a filosofia não se restrinja à especulação abstrata, mas sirva como instrumento para desenvolver criticidade, análise profunda e capacidade de argumentação fundamentada, essenciais para a formação integral.

A compreensão crítica da função social da escola exige integrar conhecimento teórico, reflexão ética e prática pedagógica. Ortega y Gasset (1930) ressalta que educadores devem preservar a qualidade do ensino e a autonomia intelectual frente a pressões sociais, promovendo experiências educativas significativas e transformadoras.

A articulação entre correntes filosóficas e práticas pedagógicas permite construir uma educação crítica e reflexiva. Freire (2011) enfatiza que o diálogo entre teoria e prática, entre

reflexão e ação, constitui a base para a formação de cidadãos conscientes, capazes de analisar, questionar e transformar a realidade.

O desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais deve ser integrado à prática educativa. Libâneo (1994) argumenta que o aprendizado eficaz emerge da articulação entre conhecimento, experiência prática e reflexão crítica, consolidando a formação de indivíduos autônomos, críticos e criativos.

A pesquisa e a reflexão constante sobre práticas pedagógicas fortalecem a inovação educativa. Pretto (2005) afirma que educadores que investigam e adaptam suas metodologias promovem uma educação mais responsiva às demandas contemporâneas, favorecendo o desenvolvimento integral dos alunos e a construção de uma sociedade mais justa e consciente.

A educação crítica e reflexiva surge da convergência entre fundamentos filosóficos e metodologias inovadoras. Saviani (1980) sugere que a integração de teoria, prática, reflexão e ação cria condições para o aprendizado significativo, capacitando alunos e professores a participar ativamente na transformação da realidade social e educacional.

2. DESENVOLVIMENTO

A compreensão das correntes filosóficas aplicadas à pedagogia exige um olhar atento às concepções epistemológicas que fundamentam a prática educativa. Chaui (2000) destaca que a reflexão filosófica oferece instrumentos para a análise crítica da realidade, evitando abordagens mecânicas e superficiais. No contexto escolar, a educação deixa de ser um ato meramente instrumental e transforma-se em espaço de problematização e questionamento, em que o aluno constrói sentido a partir de experiências significativas.

O positivismo privilegia a objetividade e a sistematização, fornecendo bases seguras para a observação científica e a avaliação de resultados. Adorno (1995) alerta, entretanto, que a redução da educação à mera técnica pode sufocar a criatividade e o pensamento crítico. Ao fundamentar práticas pedagógicas na lógica e na evidência empírica, o educador consegue estruturar processos claros, mas é necessário transcender a aplicação metodológica para engajar os alunos em reflexões sobre o conhecimento produzido.

O pragmatismo emerge como contraponto às limitações do positivismo, propondo que o conhecimento seja construído a partir da ação e da experiência. Freire (2011) argumenta que a educação deve ser uma prática de liberdade, capaz de transformar sujeitos e realidades. A pedagogia pragmatista valoriza projetos, experimentos e resolução de problemas, reconhecendo que a aprendizagem ocorre quando o estudante participa ativamente da construção do saber, conectando teoria à prática de maneira dinâmica e contextualizada.

O construtivismo amplia a compreensão sobre o desenvolvimento cognitivo, considerando que o conhecimento se forma na interação entre sujeito e ambiente. Arendt

(2008) evidencia a necessidade de resgatar o sentido profundo da educação diante da crise contemporânea, em que a alienação e a fragmentação do saber ameaçam a autonomia dos alunos. Ao privilegiar atividades colaborativas e reflexivas, o construtivismo permite que a aprendizagem seja personalizada, significativa e orientada para a análise crítica das situações vivenciadas.

As correntes filosóficas transcendem a dimensão cognitiva, influenciando valores éticos, políticos e sociais que moldam a prática educativa. Adorno (1995) enfatiza que a educação emancipatória deve desenvolver a consciência crítica e a responsabilidade social. A incorporação de princípios do contratualismo e do marxismo favorece o questionamento das estruturas de poder, estimulando cidadãos capazes de refletir sobre direitos, deveres e relações sociais de forma crítica e consciente.

A integração entre teoria filosófica e prática pedagógica demanda rigor metodológico e análise reflexiva. Creswell (2021) ressalta que a escolha apropriada de métodos de pesquisa é determinante para a validade e a aplicabilidade do conhecimento produzido. Ao fundamentar ações educativas em pressupostos filosóficos, o educador cria estratégias pedagógicas consistentes, que estimulam o pensamento autônomo e fortalecem a capacidade de análise crítica dos alunos.

A concepção de educação como prática libertadora exige atenção às desigualdades sociais e ao contexto cultural dos estudantes. Freire (2011) observa que a pedagogia emancipatória transforma a escola em espaço de diálogo, em que o educando não é objeto, mas sujeito do processo educativo. Compreender os desafios sociais e culturais permite que a prática pedagógica promova inclusão, equidade e participação ativa, consolidando uma educação crítica e significativa.

O racionalismo e o empirismo, embora distintos em suas abordagens, oferecem contribuições complementares à construção do conhecimento. Chaui (2000) destaca que o racionalismo fortalece a análise lógica e a coerência argumentativa, enquanto o empirismo proporciona observação sistemática e experimentação. Na educação, a articulação dessas correntes permite desenvolver competências cognitivas complexas, estimulando tanto o pensamento reflexivo quanto a percepção crítica da realidade.

A pesquisa pedagógica desempenha papel central na consolidação de práticas educativas fundamentadas. Fávero e Centenaro (2019) enfatizam que a investigação documental fornece elementos para compreensão das políticas e estratégias educacionais, possibilitando intervenções mais eficazes e contextualizadas. A reflexão crítica baseada em evidências transforma a experiência escolar em espaço de análise e experimentação, fortalecendo a autonomia intelectual dos alunos.

A pedagogia inclusiva se apoia na compreensão profunda das diferenças individuais e sociais. Drumond Ischkanian et al. (2025) defendem que a inclusão vai além da presença física de todos os estudantes, envolvendo adaptações curriculares, práticas diferenciadas e valorização da diversidade. O conhecimento filosófico orienta decisões pedagógicas que promovem respeito às singularidades, garantindo que a educação seja instrumento de emancipação e formação integral.

O existencialismo contribui para a educação ao enfatizar a liberdade, a responsabilidade e a construção de sentido. Arendt (2008) ressalta que a crise contemporânea exige sujeitos capazes de questionar e atuar no mundo de forma consciente. A pedagogia inspirada no existencialismo incentiva o estudante a assumir protagonismo sobre sua aprendizagem, desenvolvendo autonomia, capacidade crítica e percepção sobre sua inserção social e histórica.

A análise das teorias políticas, como o contratualismo, oferece subsídios para compreender a relação entre educação e sociedade. Adorno (1995) argumenta que o desenvolvimento da consciência crítica depende da capacidade de refletir sobre normas, direitos e deveres. Incorporar tais fundamentos na prática pedagógica promove o entendimento da cidadania como processo dinâmico, em que a escola atua como espaço de formação ética e social.

O marxismo fornece ferramentas conceituais para a interpretação das desigualdades estruturais que impactam a educação. Freire (2011) evidencia que a reflexão crítica sobre opressão e poder é essencial para a emancipação. A pedagogia orientada por tais perspectivas permite que os alunos compreendam as relações sociais, questionem injustiças e participem da transformação do contexto em que estão inseridos, fortalecendo consciência social e responsabilidade coletiva.

A prática pedagógica deve equilibrar planejamento estruturado e flexibilidade adaptativa. Costa Júnior et al. (2023) destacam que ambientes de aprendizagem positivos favorecem engajamento, motivação e desenvolvimento integral. A articulação entre princípios filosóficos e estratégias pedagógicas concretas assegura experiências educativas que estimulam reflexão, criatividade e participação ativa dos estudantes.

O desenvolvimento do pensamento crítico requer estímulos à análise, interpretação e síntese de informações. Chaui (2000) aponta que a filosofia proporciona ferramentas conceituais que auxiliam na formação de juízos autônomos. Incorporar tais recursos à prática pedagógica evita a repetição mecânica de conteúdos, incentivando o estudante a questionar, argumentar e fundamentar suas decisões, promovendo maturidade intelectual.

O ensino deve ser concebido como processo dialógico, em que o conhecimento é coconstruído. Freire (2011) ressalta que a relação professor-aluno deve ser horizontal, pautada

no respeito mútuo e na cooperação. A educação crítica não se limita a transmitir saberes, mas envolve práticas que desafiam os alunos a refletir, interpretar e intervir em seu entorno, consolidando autonomia e consciência social.

A investigação bibliográfica sistemática é ferramenta indispensável para fundamentar práticas pedagógicas inovadoras. Batista e Kumada (2021) destacam que a análise crítica de fontes permite consolidar conhecimento sólido e aplicável. A articulação entre pesquisa e prática fortalece o planejamento pedagógico, garantindo que as intervenções educativas sejam coerentes, contextualizadas e orientadas para a reflexão crítica dos estudantes.

A construção de competências éticas é intrínseca à formação integral do indivíduo. Adorno (1995) enfatiza que a educação emancipa quando proporciona consciência crítica sobre si e sobre o mundo. Práticas pedagógicas que integram valores éticos e filosóficos possibilitam ao aluno desenvolver discernimento, responsabilidade e sensibilidade social, promovendo participação consciente na sociedade contemporânea.

O empirismo pedagógico oferece suporte para avaliação de experiências educativas, permitindo ajustes e melhorias contínuas. Chaui (2000) observa que a experimentação sistemática favorece o aprendizado significativo e contextualizado. Ao combinar observação, análise e reflexão, o professor cria oportunidades para que os alunos testem ideias, desenvolvam autonomia e compreendam implicações práticas de conceitos teóricos.

A perspectiva pragmatista reforça a função transformadora da educação. Freire (2011) argumenta que aprender é interagir criticamente com o mundo, promovendo emancipação e liberdade. O ensino pautado em projetos e resolução de problemas mobiliza competências cognitivas e sociais, estimulando participação ativa, criatividade e reflexão crítica, fortalecendo a ligação entre teoria e prática.

A integração entre filosofia e educação amplia a compreensão sobre aprendizagem e desenvolvimento humano. Arendt (2008) sugere que a crise educacional contemporânea decorre da negligência frente às dimensões éticas e políticas do ensino. Incorporar abordagens filosóficas diversificadas possibilita práticas pedagógicas coerentes, que promovem autonomia, pensamento crítico e preparo para enfrentar desafios sociais complexos.

O construtivismo oferece estratégias para aprendizagem ativa e significativa. Chaui (2000) enfatiza que o conhecimento é construído pelo sujeito em interação com o ambiente e outros aprendizes. Ao valorizar experiências colaborativas, a prática pedagógica construtivista fortalece compreensão contextual, habilidades cognitivas e capacidade de reflexão crítica, tornando o aprendizado relevante e duradouro.

A pedagogia inclusiva demanda reconhecimento da diversidade como valor educativo. Drumond Ischkanian et al. (2025) defendem práticas que respeitam diferenças individuais, promovendo equidade e participação plena. Incorporar princípios filosóficos e éticos permite

que a escola funcione como espaço de emancipação, valorizando singularidades e estimulando desenvolvimento integral e crítico.

O racionalismo contribui para análise estruturada e coerente de conceitos e teorias. Chaui (2000) observa que a lógica e a clareza argumentativa fortalecem a capacidade de julgamento crítico. Práticas pedagógicas inspiradas no racionalismo estimulam reflexão profunda, raciocínio fundamentado e habilidade de síntese, promovendo autonomia intelectual e capacidade de lidar com complexidade conceitual.

A abordagem dialógica de Freire (2011) evidencia que a educação é processo social, histórico e político, em que o conhecimento se constrói coletivamente. A escola torna-se espaço de aprendizagem participativa, permitindo que os estudantes assumam papel ativo e crítico, relacionando conteúdos acadêmicos à realidade concreta, fortalecendo cidadania, consciência ética e engajamento social.

A problematização é método central para formação de sujeitos críticos. Freire (2011) propõe que a educação deve instigar questionamentos e reflexões sobre o mundo. Ao priorizar a análise de situações reais, o professor cria oportunidades para que o aluno compreenda implicações sociais, políticas e éticas do conhecimento, desenvolvendo autonomia e discernimento.

A pesquisa aplicada contribui para consolidar práticas pedagógicas fundamentadas e eficazes. Fávero e Centenaro (2019) enfatizam que investigação documental possibilita análise crítica de políticas educacionais e resultados práticos. A articulação entre teoria e evidência empírica fortalece decisões pedagógicas, promovendo experiências de aprendizagem contextualizadas e capazes de estimular pensamento reflexivo e crítico.

A integração de correntes filosóficas variadas oferece múltiplas lentes para compreensão do processo educativo. Adorno (1995) e Arendt (2008) indicam que educação crítica exige análise ética, social e cognitiva, permitindo que o aluno desenvolva visão ampla e fundamentada. Práticas pedagógicas orientadas por diversas correntes fortalecem pensamento autônomo, capacidade crítica e engajamento social.

O construtivismo e o pragmatismo articulam reflexão e ação, promovendo aprendizagem significativa. Chaui (2000) evidencia que aprender envolve interação e construção ativa de conhecimento. O ensino baseado em projetos e experiências práticas permite que o estudante teste hipóteses, avalie resultados e desenvolva habilidades cognitivas, éticas e sociais, consolidando autonomia e pensamento crítico.

A educação como prática de liberdade é eixo central para emancipação intelectual e social. Freire (2011) destaca que o ensino deve capacitar o sujeito a transformar sua realidade. A pedagogia crítica promove reflexão sobre desigualdades, relações de poder e direitos,

estimulando participação consciente, senso ético e capacidade de atuação transformadora na sociedade.

A valorização da pesquisa e da reflexão filosófica permite fundamentar decisões pedagógicas com rigor. Creswell (2021) sublinha que métodos adequados potencializam a validade e a relevância do conhecimento produzido. Ao vincular investigação teórica e prática educativa, professores e alunos constroem aprendizagens sólidas, reflexivas e capazes de enfrentar desafios contemporâneos de forma crítica e ética.

A prática pedagógica crítica e inclusiva exige atenção à diversidade cognitiva e social. Drumond Ischkanian et al. (2025) indicam que o reconhecimento das diferenças potencializa aprendizagem significativa. Ao considerar necessidades individuais e contextos sociais, a escola promove justiça, equidade e desenvolvimento integral, consolidando valores éticos e sociais essenciais à formação cidadã.

A articulação entre ética, política e epistemologia é fundamental para educação reflexiva. Adorno (1995) enfatiza que a educação emancipa ao estimular consciência crítica e responsabilidade. Práticas pedagógicas que incorporam múltiplas perspectivas filosóficas desenvolvem pensamento independente, análise crítica e percepção da interdependência social, fortalecendo autonomia e protagonismo estudantil.

O diálogo entre teoria e prática constitui elemento estruturante da pedagogia crítica. Freire (2011) argumenta que conhecimento e ação devem se interpenetrar, permitindo que o aluno compreenda e transforme sua realidade. A pedagogia baseada em experiências, reflexão e análise ética prepara sujeitos capazes de tomar decisões fundamentadas, conscientes de suas implicações sociais e históricas.

A investigação constante sobre práticas pedagógicas fortalece a evolução do ensino e da aprendizagem. Fávero e Centenaro (2019) apontam que análise crítica de políticas educacionais gera insights aplicáveis ao cotidiano escolar. Essa abordagem permite adaptar métodos, aprimorar estratégias e consolidar ambientes de aprendizagem que fomentam reflexão, crítica e autonomia intelectual.

A compreensão filosófica da educação amplia horizontes sobre aprendizagem e cidadania. Arendt (2008) e Adorno (1995) ressaltam que educação crítica promove emancipação, ética e consciência social. Ao integrar teorias e práticas pedagógicas diversificadas, o professor cria condições para formação integral, estimulando pensamento autônomo, análise reflexiva e engajamento social responsável.

O construtivismo, pragmatismo e filosofia crítica, quando articulados, fornecem base sólida para educação reflexiva. Chaui (2000) reforça que conhecimento se constrói a partir de interações e reflexão estruturada. O ensino orientado por tais princípios estimula participação

ativa, criatividade, análise crítica e capacidade de resolver problemas de maneira ética e consciente.

A centralidade do estudante no processo educativo é reforçada pelo diálogo constante entre teoria, prática e experiência. Freire (2011) defende que a aprendizagem deve ser emancipatória, promovendo autonomia e transformação social. A prática pedagógica reflexiva integra conteúdo, contexto e participação ativa, consolidando habilidades cognitivas, éticas e sociais que preparam o indivíduo para desafios contemporâneos.

2.1. METODOLOGIA DA PESQUISA PARA DELINEAMENTO DO ARTIGO

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental, centrada na análise interpretativa dos discursos científicos sobre *Correntes Filosóficas e Práticas Pedagógicas: Fundamentos para uma Educação Crítica e Reflexiva.* Narciso e Santana (2025) destacam que a pesquisa bibliográfica permite compreender os significados e as interpretações produzidas pela comunidade acadêmica, proporcionando bases teóricas sólidas para análises críticas e contextualizadas. A pesquisa qualitativa se justifica pela necessidade de apreender a complexidade dos fenômenos educacionais, considerando suas dimensões simbólicas, sociais e epistemológicas, mais do que buscar quantificação de dados.

A escolha por uma investigação bibliográfica fundamenta-se na possibilidade de reunir, sistematizar e analisar a produção científica existente sobre o tema. Silva et al. (2009) indicam que a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador conhecer o estado da arte, identificar lacunas, problematizar teorias e construir novos olhares sobre o objeto estudado. A seleção das obras incluiu artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos eletrônicos, oferecendo suporte teórico robusto para o desenvolvimento das análises, sem reduzir o estudo à mera descrição de fontes.

Além da pesquisa bibliográfica, o estudo caracteriza-se como documental, pois incorpora materiais acessados em bases digitais e científicas, que apresentam dados relevantes para a compreensão das correntes filosóficas e suas implicações pedagógicas. Fávero e Centenaro (2019) ressaltam que a pesquisa documental permite reconstruir contextos e analisar informações primárias e secundárias, possibilitando interpretações consistentes e fundamentadas. Foram incluídas obras presentes em livros, revistas, jornais e plataformas acadêmicas como CAPES, Scopus, Web of Science, SciELO, Academia Edu, Google Acadêmico e Clube de Autores, observando-se critérios de atualidade, relevância temática e rigor científico.

O processo de seleção iniciou-se com a triagem das obras disponíveis, seguida da leitura analítica, visando identificar elementos comuns, tensões conceituais e contribuições singulares para a compreensão das correntes filosóficas aplicadas à prática pedagógica. Morales

(2022) e Page et al. (2021) ressaltam que abordagens sistemáticas de revisão, como o PRISMA, permitem organizar o levantamento de dados, identificar padrões e construir narrativas coerentes a partir das evidências disponíveis. Essa sistematização assegura que o cruzamento entre os achados seja rigoroso, evitando contradições ou interpretações superficiais.

A análise dos dados se desenvolveu por meio de categorização temática, permitindo organizar informações em conjuntos conceituais e identificar relações entre fundamentos filosóficos e práticas pedagógicas. Creswell (2021) enfatiza que a análise qualitativa demanda interpretação crítica, identificação de padrões recorrentes e atenção a nuances contextuais. As categorias foram definidas com base nos objetivos específicos do estudo, permitindo comparar produções distintas, destacar convergências e divergências, e revelar tensões epistemológicas e pedagógicas presentes nos textos analisados.

O cruzamento entre as categorias permitiu evidenciar recorrências e contrastes entre as abordagens descritas, destacando aspectos conceituais, epistemológicos e práticos relacionados à educação crítica e reflexiva. Batista e Kumada (2021) apontam que a análise comparativa oferece subsídios para interpretações mais refinadas, permitindo ao pesquisador perceber conexões implícitas entre diferentes correntes filosóficas e práticas pedagógicas. Esse processo fortalece a construção de conhecimento próprio e evita a reprodução mecânica de ideias já publicadas.

A metodologia empregada valorizou a leitura crítica e reflexiva, estimulando a problematização do conhecimento e a elaboração de interpretações fundamentadas. Galvão e Ricarte (2019) reforçam que a revisão sistemática da literatura possibilita mapear o desenvolvimento do campo de estudo, identificar lacunas e propor novas perspectivas teóricas. A articulação entre pesquisa bibliográfica e documental assegura que a análise seja contextualizada, rigorosa e orientada para a construção de contribuições originais para o debate sobre correntes filosóficas e práticas pedagógicas.

Os procedimentos metodológicos contemplaram também a verificação da consistência das informações, a identificação de dados divergentes e a análise crítica dos argumentos apresentados nas fontes consultadas. Fávero e Centenaro (2019) destacam que a triangulação entre diferentes tipos de documentos fortalece a validade da pesquisa e permite reduzir vieses interpretativos. Ao considerar múltiplas perspectivas, a investigação se posiciona de forma reflexiva e dialógica, promovendo interpretações mais aprofundadas sobre os fundamentos teóricos e práticos da educação crítica.

A categorização temática adotada considerou dimensões centrais do estudo, incluindo epistemologia, ética, cidadania, metodologias pedagógicas e fundamentação filosófica. Silva et al. (2009) destacam que a organização em categorias permite estruturar a análise de maneira coerente, facilitando a identificação de padrões conceituais e a articulação entre diferentes

níveis de análise. Esse processo orientou a construção de uma narrativa consistente, capaz de integrar teorias clássicas e contemporâneas sobre educação e pedagogia.

O estudo procurou também relacionar achados de diferentes fontes para identificar tendências e lacunas de pesquisa. Narciso e Santana (2025) observam que revisões bibliográficas críticas contribuem para o avanço do conhecimento, apontando áreas pouco exploradas e incentivando novas investigações. Esse mapeamento permitiu compreender como correntes filosóficas distintas influenciam práticas pedagógicas variadas, fortalecendo a capacidade do pesquisador de propor análises originais e fundamentadas.

O método empregado priorizou interpretação e análise crítica, características centrais da abordagem qualitativa. Creswell (2021) enfatiza que o olhar interpretativo permite captar significados implícitos, relações complexas e dimensões subjetivas da realidade educacional. A análise qualitativa não se restringe à descrição, mas busca compreender processos, intenções e impactos das práticas pedagógicas, possibilitando reflexão aprofundada sobre a formação integral do estudante.

A pesquisa documental permitiu identificar registros históricos e contemporâneos sobre o tema, ampliando a compreensão sobre o desenvolvimento das correntes filosóficas aplicadas à pedagogia. Fávero e Centenaro (2019) ressaltam que a investigação de documentos garante o acesso a informações detalhadas, complementando a revisão bibliográfica e enriquecendo a análise interpretativa. O uso de múltiplos tipos de fontes contribui para a confiabilidade e abrangência do estudo.

O enfoque qualitativo adotado favorece a compreensão da educação como fenômeno complexo, influenciado por múltiplas dimensões epistemológicas, éticas e sociais. Silva et al. (2009) observam que essa perspectiva permite ir além da descrição dos fatos, oferecendo interpretação crítica sobre significados e processos educativos. A metodologia proposta fortalece a articulação entre teoria e prática, promovendo análise aprofundada das implicações filosóficas para o desenvolvimento pedagógico.

O rigor metodológico se manifestou na seleção criteriosa das fontes, na análise sistemática dos dados e na categorização temática orientada pelos objetivos de pesquisa. Galvão e Ricarte (2019) destacam que a revisão sistemática proporciona estrutura e consistência à investigação, permitindo identificar padrões e divergências nas produções científicas. Esse cuidado assegura confiabilidade aos resultados e fundamenta conclusões interpretativas.

A análise interpretativa envolveu confronto entre diferentes abordagens teóricas e práticas pedagógicas, promovendo reflexão crítica sobre coerência e aplicabilidade das ideias. Batista e Kumada (2021) salientam que o cruzamento de informações favorece percepção de

lacunas e potencialidades, enriquecendo a compreensão sobre o tema. Essa etapa permitiu consolidar narrativa coesa, integrando fundamentos filosóficos, pedagógicos e metodológicos.

O processo de categorização temática também contemplou a identificação de conceitos-chave e relações hierárquicas entre ideias, favorecendo estruturação lógica do conteúdo analisado. Creswell (2021) indica que essa estratégia é fundamental para organizar informações complexas e garantir consistência interpretativa. A prática permitiu construir um referencial sólido, alinhado aos objetivos da pesquisa e à análise crítica proposta.

A análise crítica enfatizou a interpretação de conceitos filosóficos e suas repercussões nas práticas pedagógicas. Freire (2011) sugere que compreender relações entre teoria e prática é essencial para educação emancipatória. A investigação buscou relacionar ideias clássicas e contemporâneas, analisando tensões, convergências e desdobramentos teóricos que impactam o desenvolvimento de estratégias educativas orientadas à reflexão crítica e à autonomia.

A triangulação entre fontes bibliográficas e documentais possibilitou integrar múltiplos níveis de análise, ampliando profundidade e abrangência do estudo. Fávero e Centenaro (2019) destacam que a comparação entre diferentes tipos de dados aumenta a robustez das interpretações, reduzindo viéses e fortalecendo fundamentação teórica. Essa estratégia reforçou a validade da pesquisa e a consistência da narrativa construída.

O exame detalhado dos materiais selecionados permitiu identificar padrões metodológicos recorrentes, práticas pedagógicas inovadoras e lacunas de investigação. Narciso e Santana (2025) enfatizam que a revisão crítica é instrumento essencial para consolidar conhecimento e propor novas perspectivas teóricas. A análise sistemática das fontes ofereceu visão abrangente sobre como diferentes correntes filosóficas informam abordagens pedagógicas contemporâneas.

A pesquisa evidenciou que correntes filosóficas como positivismo, pragmatismo, construtivismo, racionalismo e marxismo possuem implicações diretas na construção de práticas educativas críticas e inclusivas. Adorno (1995) e Arendt (2008) apontam que compreensão filosófica é essencial para desenvolver cidadania, autonomia e pensamento reflexivo. O cruzamento entre essas perspectivas fortalece a formação de alunos críticos, conscientes e capazes de atuar de forma responsável na sociedade.

O procedimento de categorização temática permitiu organizar achados em eixos conceituais coerentes, facilitando análise comparativa e interpretação crítica. Silva et al. (2009) destacam que essa abordagem garante coesão e permite destacar contribuições singulares, tensões e convergências. Essa etapa foi decisiva para construir narrativa articulada que conecta fundamentos teóricos às práticas pedagógicas analisadas.

A análise documental e bibliográfica articulou perspectiva histórica e contemporânea, permitindo compreender transformações e continuidades nas práticas pedagógicas. Fávero e

Centenaro (2019) ressaltam que investigação histórica e documental fortalece compreensão sobre evolução teórica e metodológica. A leitura crítica dos documentos ofereceu suporte para interpretações fundamentadas sobre tendências educacionais e filosóficas.

O estudo buscou compreender a inter-relação entre teoria filosófica e prática pedagógica, destacando a relevância de cada corrente na formação crítica dos alunos. Freire (2011) argumenta que educação emancipatória exige reflexão sobre realidade, poder e conhecimento. A análise das fontes permitiu construir panorama abrangente sobre como fundamentações filosóficas orientam estratégias educativas para formação ética e reflexiva.

A metodologia adotada assegurou consistência, rigor e profundidade analítica, integrando revisão bibliográfica, pesquisa documental e categorização temática. Creswell (2021) enfatiza que esses procedimentos são essenciais para produzir investigação qualitativa sólida, capaz de gerar conhecimento crítico e aplicável. O delineamento metodológico adotado possibilita compreender de maneira ampla e fundamentada as correntes filosóficas e suas repercussões nas práticas pedagógicas contemporâneas.

2.2. FILOSOFIA ANCESTRAL

A filosofia ancestral remete à investigação das origens do pensamento humano, buscando compreender como sociedades remotas estruturaram visões de mundo e valores éticos fundamentais. Gelamo (2009) ressalta que essas construções filosóficas estão intrinsecamente ligadas às práticas sociais, religiosas e educativas da época, oferecendo pistas sobre como os primeiros grupos humanos interpretavam a existência e a natureza. O estudo das tradições antigas revela a interdependência entre pensamento crítico e vivência comunitária, demonstrando que a filosofia não emergiu apenas como abstração, mas como instrumento de mediação social e ética.

A reflexão filosófica ancestral enfatiza a conexão entre homem, cosmos e sociedade. Hermann (2015) observa que, nas culturas originárias, o conhecimento não se dissociava de rituais, linguagem simbólica e transmissão oral de saberes, estabelecendo um continuum entre experiência prática e reflexão conceitual. Essa integração evidencia que o pensamento filosófico não se limita a proposições teóricas, mas constitui ferramenta para compreender e orientar a ação humana, promovendo modos de vida coerentes com a realidade percebida.

As correntes de sabedoria ancestral revelam preocupação com valores coletivos e a manutenção da harmonia social. Libâneo (1994) indica que, mesmo nas sociedades sem registro escrito, havia mecanismos pedagógicos para preservar e transmitir normas éticas, práticas culturais e conceitos fundamentais de justiça. A educação, nesse contexto, não era fragmentada, mas concebida como processo contínuo de aprendizagem comunitária, capaz de formar indivíduos conscientes de seu papel na preservação do equilíbrio social e natural.

A filosofia ancestral também evidencia a diversidade de abordagens epistêmicas utilizadas para interpretar o mundo. Gelamo (2009) argumenta que, ao observar a natureza, os antigos articulavam conhecimentos empíricos e simbólicos, construindo teorias de causalidade e lógica rudimentares que sustentavam decisões práticas e coletivas. A alternância entre experimentação, observação e tradição permite compreender que a epistemologia ancestral não é primitiva, mas adaptativa, oferecendo ferramentas cognitivas para lidar com desafios ambientais, sociais e espirituais.

A dimensão ética ocupa papel central na filosofia ancestral, uma vez que normas de conduta, respeito à vida e equilíbrio com o entorno eram concebidos como fundamentos da existência. Hermann (2015) sugere que, nas sociedades originárias, ética e cosmologia eram inseparáveis, influenciando diretamente a educação, a política e a organização social. Essa inseparabilidade reforça a necessidade de repensar a função da filosofia contemporânea, reconhecendo que o conhecimento não é neutro e sempre se articula com valores culturais e morais.

A transmissão do saber ancestral se dá de forma intergeracional, baseada em narrativas, metáforas e experiências compartilhadas. Galvão e Ricarte (2019) destacam que o registro sistemático da memória oral exige métodos interpretativos sensíveis ao contexto, capazes de captar significados implícitos e relações simbólicas. O estudo dessa transmissão permite compreender como a filosofia ancestral estruturava o ensino de normas sociais, ética e conhecimento prático, evidenciando que aprender implicava participar ativamente da vida comunitária.

O caráter integrado da filosofia ancestral revela o entrelaçamento entre educação, experiência e reflexão crítica. Libâneo (1994) aponta que práticas educativas não separadas de vivência cotidiana incentivavam análise, julgamento e responsabilidade ética desde cedo. Essa articulação demonstra que filosofia e pedagogia eram inseparáveis, com a aprendizagem orientando o indivíduo para compreensão de seu papel no grupo, fortalecimento da identidade e desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais essenciais.

A dimensão simbólica e metafórica do pensamento ancestral evidencia estratégias complexas de representação do mundo. Gelamo (2009) observa que mitos, rituais e narrativas funcionavam como dispositivos pedagógicos e filosóficos, transmitindo valores, explicando fenômenos naturais e estruturando comportamento ético. Essa abordagem permite perceber que a filosofia ancestral possuía rigor conceitual próprio, ainda que não expresso em termos formais, e exercia função prática de orientação da vida cotidiana.

A interpretação das correntes filosóficas ancestrais oferece perspectivas críticas para a filosofia contemporânea. Hermann (2015) ressalta que compreender os fundamentos do pensamento antigo possibilita refletir sobre processos educativos, epistemológicos e éticos

atuais, ampliando horizontes da educação filosófica. A análise desses saberes permite identificar continuidades e rupturas, incentivando práticas pedagógicas que integrem reflexão, experiência e desenvolvimento ético, superando fragmentações metodológicas modernas.

O estudo da filosofia ancestral evidencia que a educação e a reflexão crítica estavam profundamente enraizadas na vida social, na ética e na observação do mundo natural. Galvão e Ricarte (2019) enfatizam que a análise sistemática desses saberes revela como sociedades antigas desenvolviam pensamento estruturado, transmitiam valores e preservavam memória coletiva. Reconhecer a relevância desses fundamentos oferece contribuições para a construção de práticas pedagógicas contemporâneas mais inclusivas, integradas e conscientes, reafirmando que o pensamento filosófico é prática viva e transformadora.

2.2.1. Pré-socráticos

A filosofia pré-socrática representa o esforço inicial da humanidade em buscar explicações racionais sobre a natureza e a ordem do cosmos. Luckesi (1991) enfatiza que essas primeiras reflexões indicam o surgimento de uma postura investigativa sistemática, em que fenômenos naturais passaram a ser compreendidos por meio da razão e da observação, rompendo com narrativas míticas. A importância desse movimento reside na consolidação de um pensamento crítico que estabelece fundamentos para a ciência e a filosofia posteriores, reconhecendo o mundo como objeto de estudo e interpretação.

Tales de Mileto, considerado o primeiro filósofo da tradição ocidental, propôs que a água seria o princípio fundamental (arqué) de todas as coisas. Marina (1991) observa que essa concepção, embora simples à primeira vista, revela uma tentativa de unificar a multiplicidade do mundo em um princípio subjacente, antecipando a necessidade de sistematização do conhecimento. A reflexão de Tales evidencia que a observação da natureza podia gerar abstrações capazes de explicar regularidades universais, inaugurando um método racional de investigação que prescinde da intervenção divina.

Anaximandro avançou na investigação da origem e transformação das coisas, introduzindo o conceito do apeiron, princípio indefinido e infinito que dá origem a todos os seres. Morin (2004) argumenta que a noção de apeiron representa uma tentativa de pensar além do sensível, articulando dimensão concreta e abstrata, experiência e reflexão. A formulação desse princípio abre espaço para compreender processos de mudança e permanência na natureza, mostrando que o raciocínio filosófico pode antecipar explicações estruturadas para fenômenos observáveis.

Heráclito, por sua vez, destacou a impermanência e a constante transformação de todas as coisas, expressando que o fluxo contínuo é constitutivo da realidade. Luckesi (1991) ressalta que essa perspectiva convida a uma compreensão dinâmica do mundo, em que estabilidade e

mudança coexistem como polos de análise. A abordagem de Heráclito sugere que o conhecimento requer sensibilidade para perceber padrões de transformação e interdependência, valorizando a reflexão sobre processos e relações em vez de objetos isolados.

Parmênides contrapôs a noção de mudança, defendendo a permanência e a imutabilidade do ser como realidade última. Marina (1991) indica que essa postura filosófica introduz o problema do ser e do conhecimento, problematizando a distinção entre aparência e essência. A tensão entre Heráclito e Parmênides inaugura um debate epistemológico central para a filosofia, evidenciando que a razão humana busca conciliar intuição, experiência sensível e abstração conceitual para compreender a estrutura do cosmos.

A pluralidade de perspectivas pré-socráticas evidencia o surgimento de abordagens metodológicas diferenciadas. Morin (2004) observa que a diversidade de princípios e explicações indica um esforço sistemático para compreender complexidade e regularidade, antecipando noções de causalidade, estrutura e interdependência. A reflexão sobre essas correntes permite compreender que a filosofia não surge como monolítica, mas como espaço de investigação crítico e dialógico, em que a diversidade de respostas fortalece o desenvolvimento de pensamento estruturado.

O pensamento pré-socrático também revela uma ligação intrínseca entre cosmologia e ética. Luckesi (1991) sugere que a compreensão da ordem natural influencia modos de vida e normas sociais, indicando que filosofar sobre a natureza não é dissociável de orientar a existência humana. A articulação entre análise do cosmos e reflexão sobre o comportamento humano evidencia que os primeiros filósofos buscavam integrar conhecimento e vida, antecipando a dimensão pedagógica da filosofia.

As implicações educativas do pensamento pré-socrático tornam-se evidentes na capacidade de estimular reflexão crítica e criatividade intelectual. Marina (1991) argumenta que ao questionar causas, princípios e estruturas, o indivíduo desenvolve capacidade de abstração e julgamento, habilidades centrais para a construção do conhecimento. A leitura desses filósofos demonstra que o aprendizado não se limita à memorização de fatos, mas envolve interpretação, problematização e desenvolvimento de competências cognitivas complexas.

A investigação pré-socrática pode ser entendida como primeira tentativa de sistematizar conhecimento científico e filosófico. Morin (2004) enfatiza que tais esforços permitem repensar o processo de aprendizagem como articulação entre observação, reflexão e crítica, constituindo práticas de pensamento integrado. O estudo dessas correntes históricas evidencia que filosofia e ciência compartilham origem comum na tentativa de explicar o mundo de maneira racional, estruturada e rigorosa, fortalecendo a autonomia intelectual.

O legado dos pré-socráticos permanece relevante para a educação contemporânea, especialmente na formação do pensamento crítico e da capacidade de análise interdisciplinar. Luckesi (1991) indica que compreender a tensão entre mudança e permanência, o estudo de princípios fundamentais e a busca por explicações coerentes fortalece a habilidade de resolver problemas complexos. A reflexão sobre esses filósofos demonstra que a educação filosófica deve promover autonomia, questionamento sistemático e integração entre conhecimento, experiência e ação ética.

2.2.2. Sofistas

Os sofistas marcaram uma virada significativa na tradição filosófica grega, deslocando o foco da cosmologia para a dimensão social, ética e retórica do conhecimento. Neto (1988) observa que essa corrente enfatizava a capacidade argumentativa como instrumento para persuadir e organizar a vida pública, refletindo sobre a relevância da linguagem no exercício do poder e na construção da realidade social. A valorização da retórica não implicava mera manipulação de palavras, mas o reconhecimento do caráter relativo do saber e da moral, adaptando princípios à experiência humana concreta.

Protágoras destacou-se por afirmar que o homem é a medida de todas as coisas, estabelecendo a relatividade como fundamento epistemológico. Ortega y Gasset (1930) argumenta que essa perspectiva reconhece a pluralidade de perspectivas e a dependência do conhecimento em relação ao contexto histórico e cultural. O ensino sofista incentivava a análise crítica das normas sociais, destacando que verdades e valores não possuem caráter absoluto, mas são construídos por interações e convenções humanas.

Górgias, por sua vez, desenvolveu uma retórica refinada que explorava a força persuasiva das palavras, reconhecendo o papel do discurso na formação de convicções. Nietzsche (2018) aponta que a maestria retórica dos sofistas revela a capacidade de moldar realidades, evidenciando que a linguagem não apenas comunica, mas transforma percepções e relações sociais. Esse enfoque demonstra que a filosofia pode assumir caráter pragmático, voltado para aplicação na vida pública e na resolução de conflitos éticos e sociais.

A abordagem sofista implica reflexão sobre o poder e a responsabilidade na comunicação. Ortega y Gasset (1968) indica que a persuasão não é neutra; ela exige consciência ética, pois o domínio da retórica confere capacidade de influenciar decisões coletivas. A prática educativa sofista, portanto, envolvia desenvolvimento de habilidades críticas e discursivas, estimulando a autonomia intelectual e a capacidade de deliberar sobre normas e valores socialmente estabelecidos.

O ensino dos sofistas valorizava a experiência como base para compreensão e argumentação, enfatizando a aprendizagem prática sobre abstrações distantes da realidade

cotidiana. Narciso e Santana (2025) destacam que esse método favorece a construção de pensamento crítico, incentivando o aluno a interpretar, questionar e aplicar conceitos de maneira contextualizada. A pedagogia sofista sugere que o conhecimento não é estático, mas dinâmico, moldando-se às situações concretas e às necessidades individuais e coletivas.

A relatividade moral defendida pelos sofistas gerou tensões epistemológicas que ainda repercutem no debate filosófico contemporâneo. Neto (1988) observa que reconhecer múltiplos pontos de vista não implica niilismo, mas permite compreender a complexidade das decisões éticas e sociais. O pensamento sofista convida a problematizar normas aceitas, questionar pressupostos e avaliar consequências, articulando reflexão crítica e ação ética de forma integrada.

A crítica à pretensa objetividade do saber absoluto evidencia que os sofistas antecipam preocupações epistemológicas modernas. Ortega y Gasset (1930) sugere que a valorização da interpretação e do contexto histórico aproxima a filosofia da educação de um método que considera a subjetividade e a pluralidade de experiências. Essa perspectiva reforça que ensinar não é transmitir verdades imutáveis, mas capacitar para análise crítica, tomada de decisão informada e ação responsável.

A pedagogia sofista também enfatiza a função social do conhecimento, articulando retórica, ética e cidadania. Nietzsche (2018) argumenta que a habilidade de argumentar e persuadir constitui um exercício de poder, mas também de responsabilidade social. A educação orientada por princípios sofistas estimula reflexão sobre o impacto do discurso, desenvolvendo habilidades de avaliação crítica e consciência sobre o efeito das palavras na esfera coletiva.

O legado dos sofistas permanece relevante na contemporaneidade ao promover questionamento, análise crítica e valorização da linguagem como ferramenta de conhecimento. Ortega y Gasset (1930) destaca que a habilidade de compreender múltiplas perspectivas é essencial para a vida democrática e para o exercício consciente da cidadania. Essa herança filosófica evidencia que a educação deve formar sujeitos capazes de interpretar, deliberar e interagir de maneira ética e responsável, reconhecendo a relatividade do saber e a potência da comunicação.

A reflexão sobre sofistas como Protágoras e Górgias oferece lições centrais para a filosofia da educação, especialmente no desenvolvimento do pensamento crítico e da competência discursiva. Narciso e Santana (2025) ressaltam que a análise histórica das metodologias sofistas contribui para repensar estratégias pedagógicas contemporâneas, priorizando autonomia, interpretação e aplicação do conhecimento. O estudo dessas correntes mostra que a educação eficaz integra razão, linguagem e ética, formando indivíduos aptos a compreender e transformar a realidade social de maneira consciente.

2.2.3. Platão e o Idealismo

O pensamento platônico representa um marco na filosofia ocidental, especialmente por sua formulação do idealismo, segundo o qual a realidade verdadeira é constituída por ideias ou formas perfeitas. Savater (1997) destaca que Platão concebe o mundo sensível como imperfeito e transitório, servindo apenas como sombra de uma realidade mais elevada, acessível à razão e à contemplação intelectual. Essa distinção entre aparência e essência fundamenta toda a sua reflexão epistemológica e ética, indicando que o conhecimento genuíno decorre do contato com ideias universais.

Para Platão, o conhecimento sensível carece de estabilidade, pois os objetos percebidos pelos sentidos estão sujeitos à mudança constante. Pereira (2009) observa que a distinção entre o mundo das formas e o mundo material estabelece um critério para julgar o valor do saber, priorizando aquilo que é eterno e necessário. A filosofia platônica, ao privilegiar a racionalidade sobre a experiência sensível, sugere que a educação deve conduzir o indivíduo da ignorância à compreensão das verdades universais, promovendo a formação do pensamento crítico.

O conceito de Forma ou Ideia é central no idealismo platônico, representando padrões perfeitos que estruturam todas as manifestações do mundo material. Pretto (2005) enfatiza que a percepção de tais formas requer disciplina intelectual e prática reflexiva, habilidades essenciais para a construção de conhecimento sólido. A distinção entre mundo sensível e inteligível oferece um modelo pedagógico no qual o educando é conduzido progressivamente do concreto ao abstrato, fortalecendo a capacidade de discernimento e a autonomia de julgamento.

Platão utiliza metáforas como a Alegoria da Caverna para ilustrar a transição do mundo aparente para a realidade das ideias. Savater (1997) argumenta que a alegoria demonstra a necessidade de orientação e mediação na aprendizagem, mostrando que o processo educativo implica libertação da ignorância e desenvolvimento de consciência crítica. A metáfora da caverna sugere que o papel da educação não é apenas transmitir informações, mas transformar percepções e hábitos mentais, promovendo reflexão sobre valores, justiça e verdade.

A ética platônica deriva diretamente da ontologia das formas, sendo a virtude o alinhamento da alma com a ordem perfeita das ideias. Pereira (2009) indica que o idealismo não é abstrato, mas orientado à ação moral, de modo que compreender a Forma do Bem equivale a agir de maneira justa e racional. A pedagogia que emerge desse pensamento busca harmonizar razão e emoção, conduzindo os indivíduos a internalizar princípios universais que orientem condutas e decisões em contextos sociais concretos.

O conhecimento das ideias exige dialética e exercício contínuo da razão. Pretto (2005) ressalta que a dialética platônica não consiste apenas em debate, mas em método de ascensão

intelectual, em que o educando questiona, reflete e sintetiza informações para acessar verdades universais. O ideal pedagógico derivado desse método promove desenvolvimento cognitivo profundo, estimulando a capacidade de análise, abstração e julgamento crítico, habilidades essenciais para participação ética na vida comunitária.

A relação entre política, ética e educação é intrínseca ao idealismo de Platão. Savater (1997) argumenta que a compreensão das formas permite organizar sociedades mais justas, pois indivíduos educados na contemplação do Bem estariam aptos a governar com sabedoria. A concepção educativa platônica integra desenvolvimento intelectual e moral, evidenciando que filosofia e pedagogia não são atividades isoladas, mas processos complementares de formação integral do sujeito.

A estética também ocupa papel significativo na filosofia platônica, pois a percepção do belo está associada à apreensão das formas perfeitas. Pereira (2009) destaca que experiências estéticas promovem sensibilidade, discernimento e capacidade de apreciação crítica, constituindo etapas importantes no processo educacional. O idealismo, ao relacionar conhecimento, ética e beleza, oferece modelo pedagógico que não separa razão, emoção e valores, incentivando desenvolvimento holístico do indivíduo.

O ensino inspirado em Platão valoriza a orientação guiada, a reflexão autônoma e a formação de juízos fundamentados na razão. Pretto (2005) enfatiza que a pedagogia platônica não se limita à instrução direta, mas ao cultivo do hábito de questionar, interpretar e compreender princípios universais. Esse enfoque sugere que educar significa criar condições para que cada indivíduo possa ascender do mundo aparente das percepções imediatas ao domínio do conhecimento racional, fortalecendo capacidade crítica e discernimento ético.

O legado platônico permanece relevante na contemporaneidade, especialmente para educação voltada à formação integral e crítica. Savater (1997) indica que a valorização do pensamento abstrato, da reflexão ética e da disciplina intelectual continua sendo essencial para enfrentar desafios sociais e culturais complexos. A abordagem idealista demonstra que filosofia e pedagogia se articulam de modo a desenvolver não apenas competências cognitivas, mas também virtudes morais e consciência crítica, oferecendo fundamento sólido para práticas educativas transformadoras.

2.2.4. Aristotelismo

O aristotelismo inaugura uma perspectiva filosófica centrada na observação da natureza e na experiência concreta como fontes do conhecimento. Saviani (1980) observa que Aristóteles distingue-se dos idealistas ao privilegiar aquilo que é perceptível e mensurável, estabelecendo relações entre causas, efeitos e finalidades. Essa orientação epistemológica

fundamenta o realismo aristotélico, que considera o mundo sensível não como mera sombra de formas perfeitas, mas como realidade dotada de estrutura inteligível.

Aristóteles desenvolveu a lógica como instrumento metodológico para organizar o raciocínio e validar inferências. Silva et al. (2009) ressaltam que a lógica aristotélica não se limita à formalização de proposições, mas orienta a construção de argumentações coerentes, articulando observação empírica e análise conceitual. Esse rigor metodológico permite que o conhecimento seja sistemático, verificável e aplicável, destacando a necessidade de fundamentação racional em todas as esferas do saber.

O conceito de causalidade ocupa papel central na filosofia aristotélica, permitindo compreender transformações naturais e humanas. Saviani (2008) indica que o estudo das causas materiais, formais, eficientes e finais oferece instrumento para interpretar o desenvolvimento de seres e fenômenos, estabelecendo nexos entre essência e propósito. A atenção às finalidades destaca que o conhecimento não se limita à descrição, mas busca explicação profunda, considerando a função e a razão de ser das coisas.

A ética aristotélica emerge da análise prática da ação humana, orientando o indivíduo à excelência moral por meio da virtude. Saviani (1980) observa que a virtude é adquirida pela prática habitual e pelo discernimento, constituindo hábito racional que harmoniza desejos e razão. A pedagogia derivada desse enfoque enfatiza formação integral, combinando desenvolvimento cognitivo e moral, e promovendo capacidades de reflexão crítica sobre escolhas e responsabilidades individuais.

O estudo da natureza segundo Aristóteles é inseparável da classificação e sistematização dos seres, estabelecendo bases para ciência empírica. Silva et al. (2009) destacam que o método aristotélico combina observação detalhada com generalização racional, permitindo identificar padrões e regularidades. Esse processo evidencia que filosofia e ciência compartilham objetivos epistemológicos, sendo o conhecimento uma ferramenta prática para compreender e intervir no mundo.

A relação entre teoria e prática é articulada na pedagogia aristotélica, uma vez que a reflexão deve guiar a ação ética e política. Saviani (2008) argumenta que a educação deve desenvolver consciência crítica e autonomia moral, capacitando o indivíduo a deliberar de forma fundamentada e a atuar em benefício da comunidade. A integração entre conhecimento, virtude e responsabilidade social evidencia que filosofia, ciência e educação constituem processos indissociáveis.

A lógica e a classificação aristotélicas oferecem instrumentos essenciais para a tomada de decisão e resolução de problemas. Saviani (1980) observa que a educação baseada nesse método desenvolve habilidades de análise, interpretação e síntese, fortalecendo capacidade crítica e juízo fundamentado. A pedagogia inspirada em Aristóteles valoriza aprendizado

experiencial, reflexão estruturada e avaliação das consequências, articulando teoria e prática em uma formação integral.

A concepção aristotélica de telos ou finalidade orienta a compreensão de fenômenos naturais e sociais, indicando que tudo tende a cumprir seu propósito. Silva et al. (2009) ressaltam que reconhecer finalidades permite construir narrativas explicativas coerentes, fundamentadas em observação e raciocínio lógico. Essa perspectiva evidencia que educação e ciência devem promover discernimento e capacidade de interpretar contextos, estimulando análise crítica e compreensão dos efeitos de ações humanas sobre o ambiente e a sociedade.

A pedagogia derivada do aristotelismo valoriza o desenvolvimento contínuo de hábitos intelectuais e morais, privilegiando experiência prática e reflexão ética. Saviani (2008) indica que a formação integral requer mediação entre teoria, prática e observação, de modo que o indivíduo compreenda causas, efeitos e responsabilidades de suas ações. O aprendizado não se limita à aquisição de informação, mas constitui processo de transformação do pensamento e comportamento, fortalecendo autonomia e capacidade de decisão ética.

O legado aristotélico permanece relevante na educação contemporânea, especialmente no desenvolvimento de competências analíticas, éticas e práticas. Saviani (1980) destaca que o estudo sistemático da natureza, combinado à reflexão sobre virtude e finalidade, oferece fundamentos para práticas pedagógicas que integram conhecimento, ação e ética. Essa abordagem reforça que educar implica formar sujeitos críticos, conscientes e capazes de compreender e intervir de maneira responsável no mundo.

2.3. FILOSOFIA MEDIEVAL

A filosofia medieval caracteriza-se pela articulação entre fé e razão, buscando conciliar a tradição cristã com os ensinamentos da filosofia antiga. Sobrinho (2015) destaca que esse período assume como tarefa central demonstrar a harmonia entre revelação divina e investigação racional, promovendo reflexões sobre a existência, o conhecimento e os valores éticos. O pensamento medieval evidencia que o desenvolvimento intelectual não se desvincula da dimensão espiritual, mas integra razão e fé como instrumentos complementares para compreensão da realidade.

A Escolástica surge como método sistemático de análise e síntese do saber, estruturando debates sobre Deus, alma e moralidade. Teixeira (1968) ressalta que os escolásticos utilizavam a dialética aristotélica para organizar argumentos, identificar contradições e propor soluções coerentes. Esse procedimento demonstra que a filosofia medieval não se limitava à especulação abstrata, mas procurava oferecer respostas fundamentadas a questões teológicas e éticas, articulando rigor lógico e orientação prática.

Agostinho de Hipona estabelece bases epistemológicas e éticas para a filosofia medieval, ao afirmar que o conhecimento verdadeiro deriva da iluminação divina. Zambrano (1939) observa que Agostinho integra reflexão introspectiva e experiência espiritual, destacando que a razão humana deve ser orientada pela revelação para atingir compreensão plena. A pedagogia subjacente a essa perspectiva enfatiza formação moral, autodisciplina e desenvolvimento de consciência crítica, promovendo amadurecimento intelectual e ético simultâneo.

Tomás de Aquino constitui a síntese maior entre filosofia aristotélica e teologia cristã, desenvolvendo uma visão racional de Deus e da ordem natural. Sobrinho (2015) argumenta que a "summa theologica" exemplifica a tentativa de organizar saberes heterogêneos, combinando observação da realidade, princípios lógicos e fé. O aristotelismo cristão fortalece a educação medieval, evidenciando que reflexão sistemática, análise crítica e compreensão ética são inseparáveis na formação do sujeito.

A relação entre ética e política é constante na filosofia medieval, pois a ordem social é entendida como reflexo da ordem divina. Teixeira (1997) enfatiza que a educação é concebida como meio de orientar cidadãos para a vida moral e participação responsável na comunidade. A pedagogia medieval visa consolidar hábitos virtuosos, ensinar valores universais e desenvolver discernimento sobre deveres individuais e coletivos, articulando instrução intelectual e orientação ética.

O conhecimento da natureza e da criação assume dimensão teleológica, considerando causas últimas e propósitos divinos. Zambrano (1939) destaca que essa perspectiva promove análise profunda dos fenômenos, incentivando reflexão sobre interdependência entre seres e sentido da existência. A educação fundamentada nesse pensamento prioriza observação crítica, raciocínio estruturado e compreensão do contexto, capacitando o educando a relacionar realidade empírica, princípios éticos e valores espirituais.

O método escolástico valoriza debate, argumentação e rigor lógico como ferramentas de aprendizado. Sobrinho (2015) observa que o questionamento guiado permite aprofundar compreensão de textos, conceitos e tradições, estimulando autonomia intelectual. Essa abordagem pedagógica demonstra que educar implica desenvolver capacidade de interpretar, problematizar e integrar saberes diversos, promovendo reflexão ética e análise crítica da experiência cotidiana.

A influência da filosofia platônica e aristotélica na Idade Média reforça preocupação com universalidade, ordem e perfeição. Teixeira (1968) indica que os medievalistas reinterpretaram conceitos antigos à luz da fé, incorporando noções de verdade, bem e beleza à educação. Essa mediação entre tradição e inovação evidencia que a pedagogia medieval não é

mera repetição de saberes, mas prática reflexiva que integra experiência, razão e valores espirituais na formação integral do indivíduo.

A pedagogia medieval, embora centrada em escolas e universidades religiosas, enfatiza desenvolvimento intelectual e moral simultâneo. Zambrano (1939) destaca que literatura, filosofia e teologia serviam de instrumentos para cultivar sensibilidade, reflexão e compreensão ética, permitindo que o sujeito alcançasse discernimento sobre si mesmo e sobre a realidade. O legado dessa tradição indica que educação eficaz deve articular rigor conceitual, valores e prática ética, promovendo autonomia e responsabilidade do educando.

O pensamento medieval permanece relevante para reflexão sobre educação, ética e formação integral. Teixeira (1997) argumenta que compreender a síntese entre razão e fé, análise crítica e orientação moral oferece fundamentos para práticas pedagógicas contemporâneas que valorizem reflexão, consciência crítica e desenvolvimento humano completo. A filosofia medieval demonstra que ensinar é mais do que transmitir conteúdos; é orientar sujeitos à compreensão ética, intelectual e espiritual de sua vida e do mundo.

2.3.1. Tentava conciliar fé e razão, com foco na teologia cristã.

A filosofia medieval caracteriza-se por um esforço sistemático de conciliar fé e razão, orientando a investigação intelectual para a compreensão do divino e da natureza humana. Saviani (1980) observa que Santo Agostinho integra reflexão introspectiva, experiência espiritual e raciocínio lógico, reconhecendo que a razão deve ser iluminada pela fé para atingir conhecimento verdadeiro. Essa abordagem evidencia que o pensamento medieval não separa o saber científico da orientação moral, articulando ética, espiritualidade e ensino como dimensões complementares da formação humana.

Agostinho de Hipona fundamenta seu pensamento na interiorização e na análise da consciência, propondo que a alma, iluminada pela graça, é capaz de apreender verdades universais. Zambrano (1939) ressalta que Agostinho combina sensibilidade poética e rigor filosófico, estabelecendo uma epistemologia que transcende o empirismo estrito e prioriza a compreensão interior. A pedagogia decorrente dessa perspectiva enfatiza auto-reflexão, cultivo ético e desenvolvimento da capacidade de discernimento moral, promovendo maturidade intelectual e espiritual simultâneas.

Tomás de Aquino consolida a síntese entre filosofia aristotélica e teologia cristã, propondo que a razão pode demonstrar verdades relativas à existência e à ordem divina. Saviani (2008) indica que a “Summa Theologica” exemplifica tentativa rigorosa de articular argumentação lógica com princípios da fé, legitimando o conhecimento racional sem comprometer a revelação. Esse método evidencia que educação e investigação não se opõem à

espiritualidade, mas se integram para formar sujeitos capazes de compreender, interpretar e aplicar saberes com base em critérios éticos e racionais.

A Escolástica emerge como instrumento metodológico central, estruturando debates sobre metafísica, ética e política à luz da lógica aristotélica. Silva et al. (2009) destacam que esse procedimento privilegia análise crítica, identificação de contradições e desenvolvimento de sínteses coerentes, favorecendo reflexão profunda sobre problemas complexos. A aplicação pedagógica da Escolástica orienta o educando a confrontar ideias, construir argumentações fundamentadas e compreender relações entre fenômenos naturais, sociais e espirituais.

A ética agostiniana enfatiza a transformação interior como fundamento da ação correta, reconhecendo que a virtude deriva da orientação da vontade pela razão iluminada pela fé. Savater (1997) observa que esse enfoque educacional propicia desenvolvimento moral e intelectual integrados, estimulando reflexão sobre escolhas, responsabilidades e sentido da existência. A pedagogia baseada nessa perspectiva incentiva hábitos de introspecção e consciência crítica, promovendo formação de sujeitos autônomos e eticamente comprometidos.

A relação entre razão e fé atinge dimensões epistemológicas e práticas no pensamento tomista, ao propor que certos princípios podem ser conhecidos por investigação racional enquanto outros permanecem acessíveis apenas pela revelação. Teixeira (1968) argumenta que essa distinção instrui a educação, mostrando que é possível combinar análise lógica e compreensão espiritual na formação de indivíduos conscientes e éticos. O ensino, portanto, não se limita à transmissão de conteúdos, mas visa desenvolver capacidade de reflexão crítica e discernimento moral.

O conhecimento da natureza, segundo Tomás de Aquino, é estruturado pela observação e pela identificação de finalidades inerentes às coisas. Saviani (1980) destaca que a atenção à causalidade e aos propósitos revela harmonia entre mundo sensível e princípios divinos, reforçando que aprendizagem implica compreensão de causas e efeitos articulados. A pedagogia derivada dessa abordagem valoriza análise empírica, argumentação racional e reflexão ética, capacitando o sujeito a interpretar e agir sobre a realidade de modo responsável.

A educação medieval baseada em Agostinho e Aquino combina disciplina intelectual, desenvolvimento moral e orientação espiritual. Sobrinho (2015) aponta que essa concepção integra teoria e prática, formando indivíduos capazes de compreender princípios universais, internalizar valores e aplicar conhecimentos em contextos concretos. O aprendizado não se limita a memorização, mas envolve transformação da compreensão e comportamento, promovendo autonomia intelectual e ética.

A pedagogia derivada da conciliação entre fé e razão enfatiza mediação, diálogo e reflexão crítica como instrumentos essenciais de formação. Teixeira (1997) observa que o educando é conduzido a questionar, avaliar e interpretar informações à luz de princípios

racionais e éticos, desenvolvendo discernimento e responsabilidade. Essa abordagem evidencia que educação e filosofia não são atividades isoladas, mas processos integrados que promovem desenvolvimento intelectual, moral e social.

O legado de Santo Agostinho e Tomás de Aquino permanece relevante para educação contemporânea, oferecendo fundamentos para práticas que articulam razão, valores e ação ética. Savater (1997) indica que a integração entre pensamento crítico, reflexão moral e compreensão espiritual proporciona base sólida para enfrentar desafios éticos e cognitivos da sociedade moderna. A filosofia medieval demonstra que educar significa formar sujeitos capazes de interpretar, deliberar e agir com responsabilidade, cultivando inteligência, virtude e consciência ética.

2.3.2. Misticismo e Filosofia Religiosa.

O misticismo e a filosofia religiosa representam dimensões do pensamento humano que exploram a experiência espiritual como caminho de conhecimento e transformação. Ortega y Gasset (1968) destaca que a relação do indivíduo com o divino transcende a lógica discursiva, exigindo sensibilidade e abertura à experiência subjetiva. A investigação filosófica nesse campo não se limita à especulação teórica, mas busca compreender como a vivência interior e a contemplação podem orientar a ação ética e o discernimento existencial.

A experiência mística caracteriza-se pela percepção direta de realidades transcendentais, rompendo as limitações do pensamento conceitual. Nietzsche (2018) observa que esses estados de consciência evidenciam a capacidade humana de acessar dimensões de sentido que desafiam a razão tradicional, provocando questionamentos sobre valores, propósito e identidade. O estudo filosófico do misticismo enfatiza, portanto, a interdependência entre experiência subjetiva, reflexão ética e compreensão metafísica.

Diversas tradições religiosas integraram a dimensão mística à filosofia, oferecendo modelos de interpretação do divino e da vida humana. Ortega y Gasset (1930) argumenta que a filosofia religiosa busca não apenas explicações teóricas, mas experiências de engajamento e participação na realidade última, aproximando o indivíduo de princípios universais de ética e espiritualidade. A pedagogia derivada dessa perspectiva enfatiza cultivo interior, introspecção e desenvolvimento da sensibilidade crítica diante de dilemas éticos e existenciais.

O misticismo apresenta elementos de paradoxalidade e transcendência, pois envolve percepção simultaneamente íntima e universal. Pretto (2005) ressalta que a reflexão sobre tais experiências permite elaborar conceitos que articulam dimensão subjetiva e objetividade ética, promovendo compreensão de fenômenos espirituais como instâncias de autoconhecimento e transformação pessoal. O pensamento religioso-místico contribui para ampliar horizontes da educação, incentivando integração entre raciocínio, emoção e valores.

A relação entre contemplação e ação emerge como núcleo central da filosofia religiosa. Pereira (2009) argumenta que experiências espirituais profundas podem orientar decisões práticas, estabelecendo harmonia entre intenções morais e comportamentos concretos. Esse princípio indica que a experiência mística não é escapista, mas fornece base ética e reflexiva para interação responsável com o mundo, fortalecendo autonomia e discernimento.

O diálogo entre misticismo e razão filosófica tem produzido sínteses enriquecedoras ao longo da história. Ortega y Gasset (1930) sugere que o exercício racional não invalida a vivência espiritual, mas permite estruturar experiências intuitivas em narrativa coerente e sistemática. A pedagogia que incorpora essas dimensões promove capacidade crítica e sensibilidade ética, cultivando sujeitos capazes de integrar conhecimento, experiência e valores em suas escolhas e interpretações do mundo.

A educação inspirada em princípios místicos enfatiza reflexão profunda, percepção sensível e vivência ética. Pretto (2005) observa que práticas contemplativas associadas à análise crítica fortalecem capacidade de autocompreensão e interpretação do outro, promovendo desenvolvimento emocional, moral e cognitivo. O misticismo, ao articular experiência e pensamento, oferece ferramentas para formar indivíduos capazes de enfrentar complexidade social e desafios existenciais com equilíbrio e discernimento.

O estudo filosófico da experiência espiritual permite compreender dimensões históricas e culturais do conhecimento religioso. Ortega y Gasset (1930) argumenta que tradições espirituais estruturam valores, símbolos e práticas que moldam identidades e formas de ação social, indicando que o misticismo é inseparável da formação ética e cultural. A pedagogia derivada desse enfoque integra análise crítica, vivência ética e compreensão cultural, contribuindo para educação integral e transformação social.

A reflexão sobre misticismo e filosofia religiosa revela que o contato com o divino não é apenas subjetivo, mas pode constituir base de conhecimento orientado por valores universais. Nietzsche (2018) destaca que experiências espirituais profundas desafiam concepções rígidas de racionalidade, propondo novos modos de pensar, agir e interagir. Nesse sentido, o estudo do misticismo promove expansão da consciência, formação ética e capacidade de interpretar realidades complexas com sensibilidade crítica.

O legado da filosofia religiosa e do misticismo permanece relevante para educação, ética e formação humana. Ortega y Gasset (1930) sugere que integrar experiência espiritual, reflexão crítica e ação ética permite criar práticas pedagógicas que desenvolvem autonomia, responsabilidade e consciência de interdependência. A abordagem místico-filosófica evidencia que educar envolve cultivar percepção, discernimento e sensibilidade para lidar com dimensões concretas e transcendentais da vida humana.

2.4. FILOSOFIA MODERNA

A filosofia moderna marca ruptura com a tradição escolástica, valorizando razão, experiência e autonomia do pensamento. Luckesi (1991) observa que o desenvolvimento do racionalismo e do empirismo promove reflexão crítica sobre o conhecimento, questionando autoridades e dogmas históricos. Nesse contexto, a educação assume papel central como instrumento de emancipação intelectual, sendo concebida para estimular julgamento próprio, curiosidade e capacidade de investigação fundamentada.

René Descartes inaugura a modernidade filosófica ao propor método de dúvida sistemática, buscando bases seguras para o conhecimento. Morin (2004) destaca que a cognição cartesiana enfatiza clareza e distinção das ideias, permitindo que raciocínio e análise estruturada fundamentem decisões e ações humanas. A pedagogia resultante dessa abordagem valoriza lógica, disciplina cognitiva e reflexão autônoma, preparando o sujeito para avaliação crítica de informações e interpretação rigorosa da realidade.

O empirismo, representado por pensadores como Locke e Hume, privilegia observação, experiência sensível e experimentação. Marina (1991) argumenta que a investigação empírica amplia capacidade de análise e criatividade, estimulando a produção de conhecimento verificável. Na educação, isso se traduz em metodologias que promovem aprendizado ativo, exploração de fenômenos e desenvolvimento de competências cognitivas complexas, articulando teoria e prática.

Immanuel Kant contribui para a filosofia moderna ao integrar racionalismo e empirismo, propondo crítica à razão e investigação sobre limites do conhecimento. Luckesi (1991) ressalta que Kant enfatiza autonomia do sujeito cognoscente, condicionando entendimento à experiência sensível mediada por estruturas intelectuais. A pedagogia kantiana valoriza formação reflexiva, discernimento ético e capacidade de avaliar fundamentos das ideias, promovendo consciência crítica diante de dilemas epistemológicos e morais.

O iluminismo consolida perspectiva racional, ética e política, defendendo liberdade, direitos e educação universal. Neto (1988) observa que filósofos modernos consideram a instrução como ferramenta de transformação social, sendo imprescindível desenvolver cidadania crítica e responsabilidade coletiva. A educação nesse contexto articula conhecimento, autonomia e valores sociais, orientando sujeitos a pensar independentemente e agir eticamente na sociedade contemporânea.

O método científico, amadurecido na modernidade, estrutura investigação e produção de conhecimento sistemático. Narciso e Santana (2025) indicam que pesquisa e análise crítica constituem pilares para compreender fenômenos complexos e tomar decisões fundamentadas. A pedagogia moderna, inspirada por esse enfoque, enfatiza experimentação, observação

rigorosa e interpretação crítica, cultivando hábitos intelectuais que promovem autonomia e capacidade de resolução de problemas.

Jean-Jacques Rousseau propõe visão educacional centrada na natureza e desenvolvimento integral da criança. Libâneo (1994) observa que a educação deve respeitar etapas do desenvolvimento, estimulando curiosidade, autoconfiança e descoberta ativa. Esse enfoque reforça que formação não se limita à instrução formal, mas inclui experiência, reflexão crítica e interação com o mundo, articulando dimensões cognitivas, afetivas e éticas no aprendizado.

A filosofia moderna também problematiza a relação entre conhecimento, ética e tecnologia, antecipando desafios contemporâneos. Morin (2004) destaca que pensamento complexo exige integração de múltiplas dimensões do saber, considerando interdependência entre ciência, cultura e valores. A educação moderna deve cultivar capacidade de análise sistêmica, consciência crítica e responsabilidade social, preparando sujeitos para agir com discernimento em contextos multidimensionais.

O racionalismo, empirismo e crítica kantiana influenciam profundamente práticas pedagógicas modernas, promovendo reflexão autônoma e desenvolvimento intelectual contínuo. Luckesi (1991) enfatiza que educar implica estimular pensamento independente, curiosidade e capacidade de argumentação fundamentada, integrando aprendizado conceitual e vivencial. Esse paradigma pedagógico articula análise crítica, experiência prática e compreensão ética, consolidando base para formação integral do indivíduo.

O legado da filosofia moderna permanece relevante para educação, ciência e ética, oferecendo fundamentos para práticas pedagógicas críticas e reflexivas. Saviani (2008) observa que estimular autonomia, pensamento estruturado e capacidade de investigação permite formar sujeitos conscientes de seus direitos, responsabilidades e potencial transformador. O estudo da modernidade filosófica evidencia que educação não é apenas transmissão de conhecimento, mas processo de formação ética, cognitiva e social, capaz de preparar indivíduos para desafios complexos da vida contemporânea.

2.4.1. Racionalismo.

O racionalismo surge na modernidade como uma corrente filosófica que privilegia a razão como fonte principal do conhecimento, sustentando a existência de ideias inatas capazes de guiar o pensamento humano. Gelamo (2009) observa que Descartes inaugura essa perspectiva ao propor dúvida metódica como instrumento de identificação de verdades indubitáveis, destacando que o sujeito pensante constitui ponto de partida para a compreensão do mundo. A pedagogia derivada desse enfoque enfatiza o desenvolvimento do pensamento

crítico, capacidade de análise lógica e autonomia intelectual, preparando o indivíduo para questionar e interpretar conceitos de forma estruturada.

René Descartes formula princípios que consolidam o racionalismo, considerando que a razão é instrumento seguro para alcançar certezas universais. Hermann (2015) argumenta que o cogito cartesiano demonstra como a introspecção e a reflexão sistemática permitem reconhecer verdades fundamentais, promovendo segurança epistemológica e base para argumentação coerente. Na educação, essa abordagem estimula habilidades de raciocínio, argumentação lógica e capacidade de estruturar pensamentos complexos com clareza e rigor.

Baruch Spinoza amplia o racionalismo ao propor uma visão monista da realidade, articulando natureza, mente e divindade em princípios compreensíveis pela razão. Gelamo (2009) ressalta que a Ética de Spinoza apresenta demonstrações geométricas que vinculam ideias à experiência racional, oferecendo modelo de conhecimento sistemático e integrador. O impacto pedagógico dessa perspectiva reside na formação de indivíduos capazes de compreender interconexões complexas, identificar causas e efeitos e desenvolver pensamento crítico orientado por lógica e coerência interna.

Leibniz contribui para o racionalismo ao postular que o mundo é composto por mônadas dotadas de percepção e razão, evidenciando estrutura harmoniosa acessível ao entendimento. Hermann (2015) aponta que a proposta leibniziana combina lógica rigorosa e intuição racional, mostrando que conhecimento profundo exige organização conceitual e análise detalhada de princípios fundamentais. A educação inspirada nesse paradigma favorece capacidade de abstração, compreensão de estruturas complexas e desenvolvimento de julgamento crítico fundamentado em princípios universais.

O racionalismo moderno reflete sobre limites da experiência sensível, defendendo que razão e lógica são instrumentos privilegiados para alcançar certezas. Gelamo (2009) destaca que essa perspectiva desafia empirismo estrito, afirmando que ideias inatas e dedução lógica constituem base para conhecimento seguro. Na pedagogia, essa concepção orienta metodologias que valorizam construção de conceitos, análise de fundamentos epistemológicos e desenvolvimento de capacidade de síntese crítica.

A epistemologia racionalista implica transformação do sujeito educando, que passa a ser agente ativo na construção do conhecimento. Hermann (2015) ressalta que habilidades de raciocínio, introspecção e demonstração lógica estruturam compreensão e capacidade de resolução de problemas. A aplicação educacional envolve exercícios que estimulam reflexão autônoma, argumentação fundamentada e discernimento crítico diante de informações complexas, fortalecendo consciência epistemológica.

O racionalismo também influencia ética e moral, considerando que princípios universais podem ser deduzidos pela razão. Gelamo (2009) argumenta que conhecimento

estruturado permite formular padrões de conduta consistentes e fundamentados, mostrando que reflexão crítica e análise lógica são ferramentas para decisões éticas. A pedagogia orientada por essa perspectiva promove compreensão de fundamentos morais e desenvolvimento de capacidade de deliberar de forma consciente e racional sobre escolhas pessoais e coletivas.

A abordagem racionalista apresenta impactos significativos na ciência e na metodologia investigativa, ao priorizar dedução lógica, clareza conceitual e coerência argumentativa. Hermann (2015) destaca que estruturação metódica do conhecimento e análise crítica de premissas permitem construção de teorias robustas e consistentes. Em educação, isso traduz-se em valorização de processos de ensino que combinam rigor analítico, pensamento estruturado e avaliação reflexiva, fomentando aprendizagem autônoma e sistemática.

A integração entre racionalismo e prática pedagógica envolve desenvolvimento de habilidades cognitivas complexas, pensamento crítico e capacidade de síntese. Gelamo (2009) observa que educar sob essa perspectiva implica estimular raciocínio, interpretação e articulação de ideias, permitindo ao sujeito compreender conceitos abstratos e aplicar princípios de forma consistente. O ensino racionalista promove formação integral, orientando o indivíduo a agir com discernimento e responsabilidade intelectual.

O legado do racionalismo permanece central para filosofia, ciência e educação, fornecendo fundamentos epistemológicos sólidos para reflexão crítica. Freire (2011) indica que a articulação entre razão, autonomia e análise estruturada fortalece capacidade de compreensão do mundo e transformação social. O pensamento racionalista demonstra que educação não se limita a transmissão de informações, mas constitui processo de desenvolvimento cognitivo, ético e crítico, essencial para atuação consciente e autônoma no contexto contemporâneo.

2.4.2. Empirismo.

O empirismo constitui uma corrente filosófica moderna que fundamenta o conhecimento na experiência sensível, na observação direta e na prática reflexiva. Chaui (2000) ressalta que John Locke, ao postular a mente humana como uma tábula rasa, enfatiza a importância da experiência como fonte primária de ideias e conceitos. Essa perspectiva altera profundamente a educação, ao deslocar o foco da autoridade e da tradição para a observação, experimentação e aprendizagem ativa, promovendo desenvolvimento cognitivo e compreensão fundamentada na realidade concreta.

Francis Bacon contribui para o empirismo ao sistematizar métodos de investigação baseados na indução e experimentação. Costa Júnior et al. (2023) destacam que o método bacônico reforça necessidade de organizar observações, coletar dados e estabelecer inferências consistentes, fortalecendo raciocínio crítico e habilidade de avaliação. Na educação, a influência dessa abordagem se traduz na valorização de laboratórios, experiências práticas e

análises de fenômenos, estimulando aprendizagem significativa e capacidade de resolução de problemas.

David Hume propõe abordagem radical ao conhecimento, considerando que a experiência e a sensação constituem a base de toda percepção. Chaui (2000) observa que Hume questiona noções de causalidade e universalidade, defendendo que crenças e ideias derivam de hábitos mentais, não de dedução racional. A pedagogia derivada dessa perspectiva enfatiza investigação crítica, reflexão sobre fontes de conhecimento e avaliação constante da validade das informações, incentivando alunos a desenvolverem autonomia intelectual.

Locke e Hume convergem na ideia de que a mente constrói conhecimento a partir de impressões sensíveis e experiências acumuladas. Fávero e Centenaro (2019) ressaltam que compreensão empírica requer análise detalhada de contextos e interpretação de evidências, garantindo consistência epistemológica. Em termos pedagógicos, essa abordagem propõe metodologias que integram observação, registro sistemático e reflexão, permitindo que o estudante compreenda relações causais e desenvolva pensamento estruturado.

O empirismo reforça importância do aprendizado experimental, no qual teoria e prática se articulam de forma indissociável. Creswell (2021) aponta que métodos qualitativos e quantitativos aplicados à educação possibilitam interpretação aprofundada de fenômenos, valorizando evidências concretas e experiências individuais. A pedagogia empirista, portanto, privilegia investigação guiada por dados, experimentos controlados e exercícios que promovam compreensão direta, crítica e aplicada do mundo natural e social.

O conhecimento empirista, ao enfatizar experiência e observação, redefine relação entre educador e aprendiz. Drumond Ischkanian et al. (2025) destacam que o professor atua como facilitador da exploração, guiando o estudante na análise de evidências e na formulação de conclusões fundamentadas. Esse paradigma pedagógico incentiva autonomia, criatividade e capacidade de síntese, promovendo aprendizagem centrada na investigação e no desenvolvimento de competências cognitivas complexas.

A tradição empirista também influencia concepções de ética e cidadania, uma vez que experiências concretas orientam compreensão de valores e consequências de ações. Costa Júnior et al. (2023) defendem que investigação fundamentada na experiência permite reflexão crítica sobre decisões individuais e coletivas. A educação orientada por empirismo estimula a observação, análise de contextos e avaliação ética, preparando sujeitos capazes de agir com discernimento e responsabilidade social.

O empirismo moderno se articula com metodologias científicas, priorizando verificação, evidência e crítica sistemática. Fávero e Centenaro (2019) destacam que pesquisa documental e revisão de literatura permitem consolidar conhecimentos baseados em experiências passadas, ampliando capacidade de análise crítica. Em pedagogia, essa lógica

sustenta práticas de ensino que combinam observação direta, registro de dados, análise e discussão, incentivando aprendizado reflexivo e aprofundado.

A prática pedagógica inspirada no empirismo valoriza investigação contínua, experimentação e construção ativa do conhecimento. Drumond Ischkanian et al. (2025) salientam que ambientes de aprendizagem positivos e estruturados estimulam curiosidade, questionamento e interpretação crítica, consolidando competências cognitivas e éticas. Essa abordagem fortalece o desenvolvimento integral do estudante, promovendo autonomia, criatividade e capacidade de tomada de decisão fundamentada.

O empirismo permanece relevante na contemporaneidade, orientando educação baseada em evidências e desenvolvimento de pensamento crítico. Creswell (2021) argumenta que integrar observação, análise e reflexão possibilita compreensão profunda de fenômenos complexos e promove aprendizagem significativa. O legado empirista demonstra que conhecimento não se limita à absorção de informações, mas exige envolvimento ativo, investigação sistemática e interpretação crítica, consolidando base sólida para formação de indivíduos conscientes, autônomos e reflexivos.

2.4.3. Idealismo Alemão.

O Idealismo Alemão emerge como um movimento filosófico que redefine a compreensão da realidade ao situá-la na consciência e nos processos mentais do sujeito. Adorno (1995) enfatiza que Kant inaugura essa perspectiva ao propor que a experiência sensível é moldada pelas categorias do entendimento, tornando a mente um elemento ativo na constituição do real. Essa abordagem desloca o foco epistemológico da realidade externa para a estrutura cognitiva do indivíduo, abrindo novas possibilidades para reflexão pedagógica, na medida em que o conhecimento não é mera recepção, mas construção interpretativa contínua.

Fichte expande a tese kantiana, enfatizando o papel do eu absoluto na produção da experiência. Arendt (2008) observa que, para Fichte, a consciência não apenas organiza impressões, mas determina a própria realidade, assumindo um caráter ativo e criativo. Na educação, essa concepção inspira metodologias centradas no protagonismo do estudante, valorizando iniciativas de construção do conhecimento e a autonomia reflexiva na interação com o mundo.

Schelling propõe que a mente humana e a natureza constituem manifestações de um princípio absoluto, unindo sujeito e objeto em uma relação orgânica. Batista e Kumada (2021) destacam que essa visão integra pensamento e realidade, permitindo compreender que a aprendizagem é simultaneamente introspectiva e relacional. A pedagogia derivada dessa perspectiva enfatiza experiências sensíveis e intelectuais, onde o estudante articula conhecimento empírico e conceitual, formando uma compreensão holística dos fenômenos.

Hegel consolida o Idealismo Alemão ao desenvolver a noção de que a realidade se desdobra por processos dialéticos. Chaui (2000) evidencia que a dialética hegeliana sugere que a consciência progride através da mediação de contradições, promovendo síntese de ideias e ampliação da compreensão. No contexto educacional, essa lógica permite que conflitos conceituais sejam utilizados como instrumentos de aprendizagem, estimulando pensamento crítico e capacidade de síntese em níveis cognitivos complexos.

Kant, ao separar fenômeno e coisa-em-si, estabelece limites epistemológicos que orientam reflexão pedagógica. Costa Júnior et al. (2023) sublinham que essa distinção permite diferenciar entre experiência objetiva e construção subjetiva do conhecimento, destacando o papel ativo do estudante na interpretação de dados e conceitos. Tal perspectiva fundamenta práticas educacionais que valorizam reflexão crítica, análise de contextos e a construção pessoal do significado do aprendizado.

O Idealismo Alemão redefine a relação entre sujeito e objeto, colocando o primeiro como mediador da realidade percebida. Creswell (2021) ressalta que a centralidade do sujeito implica pedagogia que desenvolva consciência reflexiva, capacidade de abstração e discernimento ético. Nessa lógica, educadores não apenas transmitem informações, mas orientam a consciência do aprendiz para a constituição crítica e autônoma do conhecimento, articulando experiência, interpretação e reflexão.

A síntese hegeliana do pensamento destaca a historicidade da consciência e da realidade. Fávero e Centenaro (2019) argumentam que compreensão dialética permite considerar que todo conhecimento é situado em contextos históricos, sociais e culturais específicos. Na prática pedagógica, essa abordagem valoriza análise contextualizada, desenvolvimento de competências críticas e percepção da interdependência entre experiências individuais e coletivas.

Schelling e Hegel introduzem dimensões estéticas e éticas na construção do conhecimento, ampliando o Idealismo Alemão para além da lógica cognitiva. Drumond Ischkanian et al. (2025) observam que a educação inspirada nesse modelo estimula criatividade, sensibilidade e responsabilidade moral, integrando formação intelectual e humanística. O aprendizado, nesse sentido, não se restringe à aquisição de informações, mas envolve desenvolvimento integral do sujeito como agente social e cultural.

A pedagogia derivada do Idealismo Alemão enfatiza mediação crítica e construção ativa do saber. Adorno (1995) reforça que a consciência crítica é inseparável da liberdade e emancipação, promovendo reflexão sobre os próprios processos de aprendizado. Essa concepção implica práticas educativas que encorajam questionamento, autocrítica e capacidade de conectar teoria e prática, fortalecendo autonomia, ética e pensamento autônomo.

O legado do Idealismo Alemão permanece relevante para a educação contemporânea, ao oferecer quadro teórico que articula consciência, reflexão e experiência. Arendt (2008) destaca que compreensão da realidade como construções mediadas pela mente proporciona base para desenvolver habilidades cognitivas complexas e sensibilidade ética. Integrar essas ideias à pedagogia contemporânea permite formar sujeitos capazes de interpretar, transformar e interagir criticamente com a realidade, promovendo educação que une profundidade intelectual e engajamento social.

2.4.4. Materialismo.

O Materialismo constitui uma perspectiva filosófica que atribui primazia à matéria como fundamento de toda realidade, incluindo a consciência humana. Adorno (1995) observa que essa concepção desloca a investigação do abstrato para o concreto, considerando os fenômenos naturais e sociais como manifestações do mundo material. Tal abordagem desafia visões idealistas ao propor que ideias, valores e experiências psíquicas emergem de processos materiais, o que implica repensar métodos pedagógicos que valorizem a realidade concreta do aprendiz e do contexto social em que se insere.

Hobbes inaugura uma formulação materialista moderna ao compreender que a mente humana é resultado de movimentos corporais e interações físicas. Arendt (2008) enfatiza que, para Hobbes, a consciência e o pensamento dependem das condições materiais, o que torna o estudo da natureza humana inseparável de sua corporeidade e ambiente. Na educação, essa perspectiva incentiva práticas que observem a interação do sujeito com o meio físico e social, promovendo experiências de aprendizagem contextualizadas e ligadas à realidade vivida.

Marx expande o materialismo ao analisar a dimensão histórica e social da matéria, sustentando que a consciência é moldada pelas relações econômicas e pelas condições de produção. Batista e Kumada (2021) destacam que o materialismo histórico concebe a educação como um espaço que reflete e pode transformar estruturas sociais, ao promover crítica e consciência de classe. Essa abordagem permite compreender que o aprendizado não ocorre isoladamente, mas em contextos sociais que condicionam possibilidades, interesses e desafios do desenvolvimento cognitivo.

Engels complementa essa visão ao integrar a ciência natural ao materialismo, considerando que leis físicas e biológicas influenciam diretamente a constituição do conhecimento humano. Chaui (2000) argumenta que reconhecer a materialidade do organismo e do ambiente é essencial para práticas pedagógicas que respeitem limites biológicos e potencialidades individuais. O materialismo, nesse sentido, oferece fundamentos para uma educação científica, crítica e experimental, que valorize a observação e a interação com o mundo real.

O materialismo filosófico propõe que todas as formas de consciência são produtos de processos materiais, desafiando concepções metafísicas de mente separada do corpo. Costa Júnior et al. (2023) ressaltam que compreender a mente como manifestação da matéria permite desenvolver estratégias pedagógicas que considerem o aprendizado como interação dinâmica entre corpo, cérebro e contexto social. Essa perspectiva sugere metodologias que integrem experiência prática, raciocínio crítico e observação empírica, estimulando pensamento concreto e reflexivo.

A análise materialista da realidade enfatiza causalidade e relações objetivas entre fenômenos, estabelecendo critérios para interpretação crítica da experiência humana. Creswell (2021) afirma que tal perspectiva propicia abordagem científica da educação, fundamentando decisões pedagógicas em evidências observáveis e verificáveis. Em sala de aula, essa abordagem reforça o uso de experimentação, análise de dados e reflexão sobre consequências práticas do conhecimento, promovendo aprendizagem consistente e fundamentada.

O materialismo também envolve dimensão ética e política, ao relacionar condições materiais de vida com possibilidades de liberdade e autonomia. Drumond Ischkanian et al. (2025) destacam que a compreensão das estruturas materiais que condicionam a existência humana permite à educação formar cidadãos conscientes, críticos e capazes de intervir no mundo. A pedagogia materialista, portanto, não se limita ao ensino de conteúdos, mas busca desenvolvimento integral, que articula conhecimento, ação social e reflexão ética.

A tradição materialista sustenta que mudanças nas condições materiais geram transformações na consciência e nos padrões culturais. Adorno (1995) reforça que essa correlação implica que educação não é neutra, mas instrumento de emancipação ou reprodução de estruturas sociais. Reconhecer a materialidade do conhecimento desafia educadores a criar ambientes que incentivem análise crítica, experimentação e construção de sentidos ligados à realidade concreta dos estudantes.

Marx e Engels introduzem a noção de que a educação deve engajar-se na transformação das condições materiais e sociais, promovendo consciência histórica e ética coletiva. Arendt (2008) sublinha que integrar compreensão material e ação pedagógica possibilita desenvolver sujeitos capazes de interpretar, criticar e intervir no contexto social. Essa concepção justifica práticas educativas participativas, colaborativas e voltadas para emancipação, reforçando a dimensão prática do conhecimento.

O materialismo permanece central para a reflexão filosófica e pedagógica contemporânea ao reafirmar que todo conhecimento deriva de interações concretas entre seres humanos e mundo material. Batista e Kumada (2021) concluem que considerar a materialidade como fundamento da realidade estimula educação crítica, científica e integrada, orientada para transformação e compreensão profunda. A incorporação desses princípios nas metodologias de

ensino permite formar indivíduos preparados para enfrentar desafios reais, articulando reflexão teórica e prática efetiva no cotidiano social e educacional.

2.4.5. Contratualismo.

O Contratualismo oferece um quadro conceitual fundamental para compreender a origem da sociedade e do Estado, concebidos como produtos de acordos entre indivíduos que buscam segurança, ordem e proteção mútua. Drumond Ischkanian et al. (2025) destacam que esses pactos não se restringem à esfera política, mas também estruturam relações sociais e educacionais, refletindo na organização de comunidades e instituições. Essa perspectiva permite interpretar a sociedade como um sistema de compromissos racionais, em que direitos e deveres são negociados a partir da consciência da interdependência humana.

Hermann (2015) enfatiza que a formação de contratos sociais pressupõe reflexão crítica sobre a condição humana, revelando a necessidade de compreender não apenas as estruturas jurídicas, mas também as dimensões éticas que fundamentam a convivência. Nesse contexto, o contratualismo oferece subsídios para a pedagogia, permitindo pensar práticas educativas que promovam responsabilidade, autonomia e participação, preparando cidadãos capazes de reconhecer e respeitar limites enquanto exercem sua liberdade.

Freire (2011) argumenta que a educação, entendida como prática de liberdade, dialoga diretamente com princípios do contratualismo, pois tanto o pacto social quanto o processo educativo envolvem negociação, consenso e corresponsabilidade. A construção do saber coletivo exige que os indivíduos participem ativamente, refletindo sobre suas experiências e assumindo papéis ativos na transformação das relações sociais e escolares.

Libâneo (1994) aponta que o contratualismo orienta a compreensão do espaço escolar como uma micro-sociedade, na qual regras, normas e direitos são instituídos para organizar a convivência e garantir condições de aprendizado. Essa concepção sugere que a educação deve equilibrar a autoridade do educador com o reconhecimento da autonomia do aluno, favorecendo experiências que promovam engajamento, diálogo e desenvolvimento ético.

Luckesi (1991) destaca que a dimensão ética do contratualismo implica responsabilização dos indivíduos pelas consequências de seus atos, criando uma ponte entre autonomia pessoal e consciência coletiva. No ambiente escolar, isso se traduz em práticas pedagógicas que incentivam decisões informadas, reflexão sobre escolhas e reconhecimento das implicações sociais e morais de cada ação.

Gelamo (2009) ressalta que o contratualismo não se limita a uma análise histórica ou normativa, mas fornece instrumentos para compreender a dinâmica de poder e a legitimidade das instituições. A educação torna-se, nesse sentido, campo de preparação para a vida cidadã,

na medida em que ensina princípios de justiça, negociação e respeito mútuo, fundamentais para a construção de sociedades mais equilibradas e participativas.

Marina (1991) sugere que o contratualismo pode ser interpretado como um espaço de criação de significados compartilhados, no qual a razão e a experiência são mediadoras do entendimento coletivo. As práticas pedagógicas derivadas dessa perspectiva incentivam a reflexão crítica, a cooperação entre pares e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais, permitindo que o aprendizado ultrapasse a simples aquisição de conteúdos e alcance dimensões éticas e políticas.

Morin (2004) destaca a importância de abordar o contratualismo de maneira complexa, reconhecendo que os pactos sociais são processos dinâmicos que refletem múltiplas interações entre indivíduos, cultura e instituições. O ensino deve, portanto, cultivar capacidade de análise crítica, compreensão de contextos e adaptação às transformações, de modo a preparar cidadãos conscientes e engajados com a realidade social.

Drumond Ischkanian et al. (2025) reforçam que o contratualismo exige reflexão sobre inclusão, diversidade e participação, princípios que devem permear a educação contemporânea. A escola, nesse quadro, não é apenas espaço de transmissão de conhecimento, mas também ambiente de construção de consensos e diálogo ético, permitindo que estudantes compreendam a importância da colaboração e da responsabilidade coletiva.

Freire (2011) sintetiza a dimensão transformadora do contratualismo ao afirmar que educação e sociedade se estruturam a partir da prática consciente e participativa. Incorporar essas ideias à pedagogia significa promover processos educativos em que autonomia, ética e engajamento cívico caminham juntos, formando indivíduos capazes de compreender e intervir criticamente na realidade social, política e cultural que os cerca.

2.4.6. **Iluminismo e Utilitarismo.**

O Iluminismo representou um movimento intelectual que buscou fundamentar a sociedade em princípios de razão, liberdade e direitos humanos, desafiando tradições autoritárias e dogmáticas. Ortega y Gasset (1930) enfatiza que esse período promoveu uma ruptura com formas de pensamento pautadas na fé cega e na arbitrariedade do poder, abrindo espaço para reflexão crítica e autonomia intelectual. O foco na razão não se limitou ao campo filosófico, mas influenciou as estruturas políticas e jurídicas, fornecendo suporte teórico para a concepção de governos baseados em contratos sociais e direitos universais.

Voltaire (1968) destacou a importância da liberdade de expressão como mecanismo de emancipação individual e coletiva, considerando-a condição sine qua non para o desenvolvimento ético e intelectual das sociedades. A educação surge nesse contexto como instrumento capaz de formar cidadãos críticos, capazes de questionar dogmas e participar

ativamente de decisões públicas. A valorização da razão permitiu vincular o conhecimento científico à prática social, fortalecendo a ideia de que progresso e bem-estar são objetivos interdependentes.

Montesquieu (1930) trouxe à tona a análise das estruturas políticas, defendendo a separação dos poderes como forma de equilibrar liberdade e autoridade. Essa perspectiva revela que os princípios iluministas não se restringem à filosofia abstrata, mas possuem implicações concretas na organização institucional. A aplicação desses conceitos no campo educacional sugere a necessidade de práticas pedagógicas que promovam pensamento crítico, discernimento moral e compreensão das interações entre indivíduo e sociedade.

O Utilitarismo, proposto por Bentham (2025), concentra-se na maximização do bem-estar coletivo, estabelecendo critérios éticos baseados nas consequências das ações. Essa abordagem implica que decisões políticas e sociais devem considerar o impacto sobre a felicidade e a redução do sofrimento, fornecendo um parâmetro pragmático para avaliação ética. No campo pedagógico, tal princípio estimula a criação de ambientes que priorizem o desenvolvimento integral dos alunos, equilibrando rigor acadêmico e cuidado com a experiência humana.

A interseção entre Iluminismo e Utilitarismo evidencia a convergência entre liberdade individual e responsabilidade social. Saviani (2008) observa que a educação deve formar sujeitos capazes de harmonizar autonomia pessoal com compromisso coletivo, desenvolvendo competências cognitivas e éticas para intervir no mundo de maneira consciente. Essa perspectiva exige currículos que promovam reflexão crítica, debate informado e sensibilidade moral, permitindo que os indivíduos compreendam os efeitos de suas escolhas sobre a coletividade.

Ortega y Gasset (1968) salienta que o espírito iluminista valoriza o exercício da razão prática, enfatizando o papel da deliberação na construção de sociedades justas. A escola torna-se, nesse quadro, um espaço de experimentação ética e política, onde alunos e educadores negociam significados e responsabilidades, praticando princípios de cidadania desde o cotidiano escolar. O diálogo entre liberdade e bem-estar coletivo transforma a educação em ferramenta de democratização e empoderamento social.

Freire (2011) argumenta que a pedagogia crítica se conecta organicamente aos ideais iluministas, pois ambos defendem a emancipação do sujeito por meio do conhecimento reflexivo e da ação transformadora. O Utilitarismo complementa essa perspectiva ao oferecer critérios objetivos para avaliar o impacto das práticas educativas, orientando decisões pedagógicas que busquem maximizar benefícios para todos os envolvidos. A racionalidade, portanto, não se limita à abstração filosófica, mas traduz-se em ação ética orientada pelo bem-estar coletivo.

Marina (1991) ressalta que a criatividade intelectual, estimulada pelo Iluminismo, permite ao sujeito questionar paradigmas e construir novos horizontes de entendimento. Quando aliada ao Utilitarismo, essa capacidade fomenta soluções inovadoras para problemas sociais, econômicos e educacionais, consolidando a função da razão como instrumento de transformação. A prática pedagógica deve, nesse contexto, valorizar métodos que incentivem exploração, análise crítica e aplicação concreta do conhecimento.

Narciso e Santana (2025) destacam que a educação contemporânea pode se beneficiar da integração de princípios iluministas e utilitaristas, equilibrando liberdade, ética e eficiência social. Ambientes escolares que promovem debate, reflexão crítica e avaliação das consequências das ações possibilitam que os alunos desenvolvam consciência ética e responsabilidade social. Esse alinhamento teórico-prático reforça a relevância de uma pedagogia voltada para a formação de cidadãos preparados para enfrentar desafios complexos e interconectados.

Savater (1997) conclui que o legado do Iluminismo e do Utilitarismo permanece central na definição de objetivos educacionais e sociais, orientando a construção de sociedades mais justas e conscientes. A integração desses princípios na prática educativa exige reflexão constante sobre métodos, conteúdos e relações interpessoais, garantindo que liberdade, razão e bem-estar coletivo não sejam apenas ideais abstratos, mas componentes efetivos da experiência formativa.

2.5. FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

A Filosofia Contemporânea surge como uma reflexão crítica sobre os fundamentos da modernidade, questionando verdades absolutas e propondo abordagens multidimensionais do conhecimento. Ortega y Gasset (1968) ressalta que a complexidade da vida moderna exige um pensamento que vá além da mera lógica formal, incorporando a experiência histórica e social como elementos constitutivos da razão. Essa perspectiva amplia a compreensão da realidade, integrando aspectos epistemológicos, éticos e estéticos que desafiam as concepções lineares herdadas da tradição clássica.

O desenvolvimento tecnológico e científico intensificado no século XX impulsionou uma reconfiguração das fronteiras do saber, provocando debates sobre o papel da razão, da consciência e da linguagem. Morin (2004) defende que o pensamento contemporâneo deve assumir caráter transdisciplinar, articulando saberes fragmentados para enfrentar problemas complexos e interconectados. A filosofia deixa de ser um exercício puramente especulativo e transforma-se em ferramenta de análise crítica, capaz de oferecer modelos interpretativos para sociedades cada vez mais interdependentes.

No campo educacional, Freire (2011) evidencia que a filosofia contemporânea influencia diretamente as práticas pedagógicas ao propor a educação como instrumento de libertação e transformação social. O ato de educar não se limita à transmissão de conhecimento, mas envolve o diálogo crítico, a problematização da realidade e a formação de sujeitos capazes de intervir conscientemente em seu contexto. Essa abordagem redefine o papel do educador, que deixa de ser autoridade central para tornar-se mediador do processo de construção do conhecimento.

A reflexão sobre linguagem, simbolismo e comunicação também ganha destaque na filosofia contemporânea. Gelamo (2009) argumenta que o educador enfrenta o desafio de articular significados complexos em contextos sociais diversificados, exigindo domínio de estratégias interpretativas e capacidade de promover compreensão crítica. Essa ênfase demonstra que a experiência educativa deve ir além do ensino de conteúdos e incluir o desenvolvimento de competências cognitivas, éticas e sociais integradas.

A crítica às estruturas de poder e à alienação social constitui um eixo central da contemporaneidade filosófica. Drumond Ischkanian et al. (2025) indicam que a educação se transforma em um espaço de resistência e emancipação, em que a consciência crítica se articula com a prática social. O reconhecimento da interdependência entre indivíduo e sociedade permite que processos educativos sejam concebidos como ações políticas, capazes de impactar a distribuição de oportunidades e a construção de equidade.

A análise da racionalidade contemporânea envolve a compreensão das múltiplas dimensões da subjetividade humana. Hermann (2015) destaca que a reflexão crítica sobre o pensamento e a ação humanas exige considerar não apenas dados objetivos, mas também valores, intenções e contextos culturais. O desafio reside em equilibrar a universalidade do conhecimento científico com a singularidade das experiências individuais, promovendo um olhar filosófico que seja simultaneamente rigoroso e sensível à diversidade.

Libâneo (1994) argumenta que a prática educativa contemporânea deve integrar métodos que favoreçam a construção ativa do conhecimento, incentivando o questionamento constante e a autoavaliação crítica. Nesse cenário, a filosofia atua como catalisador de processos reflexivos, permitindo que alunos e educadores negociem significados e construam sentidos compartilhados. A complexidade do mundo atual exige que a formação intelectual contemple a análise das implicações sociais, éticas e políticas do saber produzido.

Marina (1991) enfatiza a importância da criatividade como elemento estruturante do pensamento contemporâneo, pois permite transcender paradigmas estabelecidos e conceber soluções inovadoras para problemas inéditos. No contexto educacional, essa perspectiva estimula práticas pedagógicas que valorizam experimentação, investigação e aprendizagem

autônoma, consolidando o papel da filosofia como instrumento de emancipação cognitiva e ética.

Luckesi (1991) ressalta que a filosofia contemporânea propõe uma abordagem crítica da educação, promovendo a reflexão sobre os fins e meios do ensino. A intenção não é apenas transmitir informações, mas desenvolver capacidades de análise, síntese e julgamento fundamentado, essenciais para a formação de sujeitos capazes de intervir no mundo de maneira ética e responsável. Essa orientação fortalece a ligação entre teoria filosófica e prática educativa, tornando a escola um espaço de construção de autonomia e cidadania.

Saviani (2008) e Narciso e Santana (2025) indicam que a Filosofia Contemporânea consolidou-se como referência para repensar métodos, conteúdos e relações pedagógicas, incorporando elementos da crítica social, da ética e da epistemologia complexa. O legado contemporâneo exige que a educação seja compreendida como prática de liberdade, diálogo e transformação, orientada por princípios que articulam conhecimento, experiência e responsabilidade social. Esse horizonte filosófico reafirma a função da educação como agente de emancipação individual e coletiva.

2.5.1. Existencialismo.

O Existencialismo emerge como uma filosofia centrada na liberdade individual, na responsabilidade e na criação de sentido em um mundo desprovido de verdades pré-estabelecidas. Sartre (2011) enfatiza que o ser humano está condenado a ser livre, pois, mesmo diante de circunstâncias externas restritivas, cada escolha reflete a responsabilidade singular de construir a própria existência. Essa perspectiva desloca a análise filosófica da mera contemplação abstrata para a vivência concreta, onde a subjetividade torna-se o núcleo da experiência humana.

A consciência da finitude e da contingência da vida configura uma dimensão central do pensamento existencial. Camus (2018) propõe que a existência humana, ao confrontar o absurdo, deve assumir uma postura ativa de afirmação da própria liberdade, criando significados mesmo em um universo indiferente. A filosofia existencial não se limita a diagnosticar a condição humana; ela instiga uma ética da autonomia, na qual o indivíduo assume a responsabilidade por suas decisões e suas consequências sociais e morais.

A reflexão existencial também se manifesta na crítica à alienação e à massificação. Nietzsche (2018) demonstra que a imposição de valores coletivos ou morais estabelecidos pode limitar o potencial criativo do indivíduo, reforçando a necessidade de autodeterminação e autenticidade. A dimensão ética do Existencialismo não se funda em preceitos universais, mas na capacidade do sujeito de avaliar e escolher, de maneira consciente, os caminhos de sua própria vida.

No contexto educacional, o Existencialismo propõe uma abordagem que valoriza a singularidade do aluno. Drumond Ischkanian et al. (2025) indicam que a educação deve criar espaços para que os estudantes explorem suas próprias escolhas, compreendendo as implicações de suas ações na construção do conhecimento e na convivência social. Essa perspectiva redefine o papel do educador, que se torna facilitador do desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade crítica, em vez de simples transmissor de conteúdos.

A experiência do tempo e da finitude configura outro eixo de análise existencial. Sartre (2011) argumenta que a consciência temporal do indivíduo, ao perceber que a vida é finita, impulsiona a necessidade de escolhas autênticas, evitando a alienação e a repetição mecânica de padrões impostos. No âmbito da educação, isso implica desenvolver a consciência crítica do aluno, incentivando-o a refletir sobre suas decisões e a atuar de maneira ética e responsável em relação a si mesmo e à coletividade.

Camus (2018) reforça que a criação de sentido não é um dado natural, mas uma tarefa contínua de construção pessoal. A filosofia existencial inspira a pedagogia a conceber práticas que valorizem o protagonismo do aluno, estimulando a investigação, o questionamento e a formulação de projetos de vida consistentes com seus valores. Dessa forma, a educação assume caráter emancipatório, promovendo a formação de sujeitos capazes de enfrentar incertezas com coragem e criatividade.

Nietzsche (2018) enfatiza ainda a necessidade de superar estruturas limitantes de pensamento e moralidade tradicional, propondo a transvaloração de valores como caminho para a autoafirmação. Essa abordagem filosófica instiga a pedagogia contemporânea a criar ambientes que incentivem a reflexão crítica, a experimentação intelectual e a produção de conhecimento como prática de liberdade. O foco não está apenas no conteúdo, mas na capacidade do aluno de interagir com o mundo de maneira autônoma e reflexiva.

Freire (2011) corrobora que a educação existencial deve ser concebida como prática de liberdade, em que o diálogo e a problematização da realidade são instrumentos para a conscientização crítica. A filosofia existencial fornece base para que o processo educativo não seja meramente instrucional, mas formativo, orientado para o desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade social e da capacidade de criar sentido em contextos complexos e desafiadores.

A tensão entre liberdade e responsabilidade também se manifesta na análise da ética existencial. Sartre (2011) alerta que a liberdade absoluta exige coragem e maturidade, pois cada decisão implica consequências inevitáveis e irreversíveis. No contexto pedagógico, essa perspectiva instiga a elaboração de práticas que promovam reflexão crítica sobre escolhas e responsabilidades, formando indivíduos conscientes de seu papel no mundo e da interdependência que as ações humanas estabelecem.

Nietzsche (2018) sintetiza a filosofia existencial ao propor que a vida autêntica depende da capacidade de criar valores próprios, reafirmando a importância da subjetividade e da criatividade. Drumond Ischkanian et al. (2025) ampliam essa visão ao destacar que a educação deve favorecer processos que estimulem a autonomia intelectual, a reflexão ética e a ação transformadora, tornando-se instrumento de emancipação individual e coletiva. O Existencialismo contemporâneo, nesse sentido, oferece fundamentos filosóficos robustos para repensar o papel da educação na formação de sujeitos livres, responsáveis e criadores de sentido.

2.5.2. Fenomenologia.

A Fenomenologia propõe um retorno às coisas mesmas, buscando compreender a consciência a partir da experiência direta e das estruturas que a constituem. Husserl (2012) sustenta que o acesso ao conhecimento autêntico exige a suspensão de pressupostos naturais, permitindo uma análise rigorosa da percepção e da intencionalidade. Essa abordagem desloca a investigação filosófica da mera abstração teórica para a descrição detalhada da vivência consciente, reconhecendo que cada fenômeno se apresenta de maneira única à consciência.

O conceito de intencionalidade é central para a Fenomenologia, pois indica que toda experiência da consciência é direcionada a algo, seja um objeto, uma ideia ou um sentimento. Husserl (2012) argumenta que compreender o significado de um fenômeno requer ir além da aparência imediata, desvelando as estruturas que organizam a experiência. Ao enfatizar o vínculo inseparável entre sujeito e objeto, a Fenomenologia redefine a epistemologia, propondo que a realidade se revela através da consciência em ato, e não por deduções externas ou empirismo mecânico.

Heidegger (2010) amplia essa perspectiva ao introduzir a existência como fundamento ontológico da experiência. Para ele, o ser-no-mundo implica que a compreensão da realidade emerge da interação prática e histórica do indivíduo com seu entorno. Essa abordagem evidencia que a consciência não é isolada, mas situada, e que a experiência direta deve ser interpretada considerando a temporalidade, a historicidade e os contextos culturais que moldam a percepção.

A Fenomenologia também questiona pressupostos tradicionais sobre subjetividade e objetividade. Husserl (2012) propõe a redução fenomenológica como método para suspender julgamentos sobre a existência independente dos objetos, de modo a analisar o modo como eles se apresentam à consciência. No campo educacional, essa perspectiva implica valorizar a experiência vivida do aluno, considerando não apenas o conteúdo, mas a forma como o conhecimento é apreendido e significado por cada indivíduo.

A temporalidade da experiência constitui outro eixo de reflexão fenomenológica. Heidegger (2010) enfatiza que a consciência é sempre temporal, projetando-se para o futuro e refletindo sobre o passado, o que transforma cada instante em experiência carregada de sentido. Essa compreensão permite uma abordagem pedagógica que valoriza o percurso formativo, reconhecendo que aprender envolve a integração de vivências passadas e expectativas futuras na construção do conhecimento.

A Fenomenologia fornece ainda ferramentas para compreender a intersubjetividade, isto é, a forma como a consciência se articula com outras consciências. Husserl (2012) argumenta que o mundo social se constrói através da experiência compartilhada, e que a compreensão do outro é essencial para a constituição de sentido. Na educação, esse enfoque incentiva práticas dialógicas, nas quais a troca de experiências entre alunos e professores promove uma aprendizagem mais profunda e significativa.

Heidegger (2010) também destaca que o Dasein, ou ser-no-mundo, implica assumir responsabilidade pelo próprio modo de existir, evidenciando a relação entre experiência fenomenológica e autenticidade. Cada indivíduo é chamado a interpretar seu mundo, reconhecer possibilidades e escolhas, e agir de acordo com a compreensão de sua própria existência. Essa concepção fortalece a ideia de que educação não é mera transmissão de conteúdos, mas formação de sujeitos conscientes e engajados com a própria vida.

A Fenomenologia possibilita uma reflexão crítica sobre métodos educativos e epistemológicos. Husserl (2012) ressalta que compreender a experiência exige atenção ao processo de apreensão do conhecimento, não apenas ao resultado final. Na prática pedagógica, isso se traduz em valorizar a percepção, o questionamento e a elaboração própria do aluno, promovendo autonomia intelectual e sensibilidade para a complexidade do mundo em que vive.

Heidegger (2010) sugere ainda que o sentido da existência não é dado, mas construído pela consciência em relação ao mundo. Essa perspectiva implica que o conhecimento não é neutro nem universal, mas situado, contingente e interpretativo. A educação fenomenológica, portanto, deve preparar indivíduos capazes de interpretar experiências, reconhecer múltiplos significados e participar ativamente na criação de sentido em contextos sociais e culturais variados.

A Fenomenologia oferece um caminho filosófico que integra rigor metodológico e atenção à experiência vivida. Husserl (2012) e Heidegger (2010) indicam que a análise das estruturas da consciência revela a complexidade do ser humano e a profundidade de sua relação com o mundo. Drumond Ischkanian et al. (2025) enfatizam que essa abordagem inspira práticas educativas que valorizam a reflexão, a autonomia e a responsabilidade, consolidando a educação como espaço de emancipação intelectual e ética.

2.5.3. Positivismo.

O Positivismo consolida a ciência como a forma mais confiável de conhecimento, propondo que apenas o observável e mensurável possui validade epistemológica. Comte (2006) sustenta que o progresso humano depende da aplicação rigorosa do método científico, eliminando especulações metafísicas e concepções teológicas que historicamente orientaram a compreensão da realidade. Essa perspectiva transforma a sociedade em um objeto de estudo sistemático, oferecendo bases objetivas para políticas públicas e educação orientada pela evidência.

O método positivista enfatiza a observação empírica e a experimentação como pilares do conhecimento seguro. Comte (2006) argumenta que teorias devem ser constantemente verificadas por dados concretos, evitando deduções subjetivas. Essa abordagem fortalece o papel da ciência como instrumento de emancipação intelectual, estabelecendo critérios claros de validação que afastam a arbitrariedade e promovem a confiabilidade nas descobertas humanas.

No contexto educacional, o Positivismo influencia práticas pedagógicas que priorizam a aprendizagem baseada em fatos verificáveis. Drumond Ischkanian et al. (2025) indicam que a integração de métodos científicos no ensino promove o desenvolvimento de habilidades analíticas e a capacidade crítica dos alunos, tornando-os agentes conscientes na construção de conhecimento. A educação, portanto, é concebida como espaço de rigor metodológico, onde experiências e experimentos validam conceitos e hipóteses.

A classificação dos saberes proposta por Comte (2006) organiza o conhecimento humano em estágios históricos, desde o teológico até o científico, revelando uma progressão natural da razão. Esse esquema evidencia que a ciência não apenas substitui a metafísica, mas também sistematiza experiências acumuladas, oferecendo uma base sólida para tomada de decisões coletivas e planejamento social. A escola, nesse sentido, deve refletir tal estrutura, promovendo currículos que integrem teoria e prática verificável.

O Positivismo também reforça a ideia de neutralidade e objetividade na investigação. Comte (2006) afirma que os fenômenos sociais e naturais podem ser estudados sem interferência de valores subjetivos, permitindo análises precisas e reprodutíveis. A aplicação dessa premissa na pesquisa educacional favorece avaliações empíricas de políticas e metodologias, assegurando que intervenções pedagógicas sejam fundamentadas em evidências e resultados mensuráveis.

A influência do Positivismo se estende à organização da sociedade e da ciência. Comte (2006) propõe que o conhecimento científico deve orientar estruturas políticas e sociais, fornecendo critérios claros para ética, legislação e desenvolvimento econômico. Essa orientação conceitual justifica a adoção de práticas pedagógicas que incentivem o pensamento

crítico baseado em dados, promovendo a autonomia intelectual e a responsabilização individual e coletiva diante de informações verificáveis.

No campo da epistemologia educacional, o Positivismo estimula a busca por métodos rigorosos de pesquisa. Narciso e Santana (2025) destacam que revisões sistemáticas e análises empíricas fortalecem a confiabilidade das conclusões pedagógicas, refletindo a ênfase positivista na replicabilidade. Ao priorizar dados e evidências, a educação científica proporciona aos alunos e professores instrumentos para questionar hipóteses, interpretar resultados e aplicar soluções fundamentadas na realidade observável.

Comte (2006) entende a ciência como força motriz da ordem e do progresso, indicando que sociedades estruturadas sobre conhecimento empírico alcançam maior estabilidade e eficiência. Essa perspectiva reforça a necessidade de currículos que não apenas transmitam informações, mas também promovam habilidades de observação crítica, experimentação e análise, consolidando a ciência como vetor central da formação intelectual.

A aplicação do Positivismo na filosofia da educação implica reconhecer que o aprendizado deve ser mensurável, sistemático e verificável. Freire (2011) problematiza essa abordagem ao questionar se a centralidade nos dados e na técnica não reduz a experiência humana à mera reprodução de informações. A reflexão contemporânea sobre ciência e educação, portanto, precisa equilibrar rigor metodológico e atenção à dimensão ética, crítica e reflexiva da formação do indivíduo.

O Positivismo evidencia o papel transformador da ciência na sociedade contemporânea. Comte (2006) concebe o conhecimento científico como caminho para emancipação intelectual, eficiência social e progresso ético. Drumond Ischkanian et al. (2025) ressaltam que a educação orientada por evidências científicas possibilita o desenvolvimento de cidadãos críticos e responsáveis, capazes de interpretar, questionar e intervir no mundo de maneira fundamentada, consolidando a relevância do Positivismo como matriz filosófica e pedagógica.

2.5.4. Pragmatismo.

O pragmatismo, como perspectiva filosófica, evidencia a inseparabilidade entre conhecimento e ação, colocando a experiência prática no centro da construção do saber. Drumond Ischkanian et al. (2025) destacam que a filosofia aplicada à educação deve emergir de situações concretas, permitindo que o aprendizado seja simultaneamente reflexivo e transformador. Tal enfoque propõe que a utilidade do conhecimento se verifica pelo impacto efetivo sobre a realidade e pela capacidade de fomentar mudanças significativas nos sujeitos e nas coletividades.

No âmbito educacional, o pragmatismo enfatiza o engajamento ativo do estudante, convertendo a aprendizagem em processo participativo. Freire (2011) argumenta que o conhecimento só se torna significativo quando os aprendizes se tornam protagonistas de sua própria formação, utilizando-o para intervir em seu contexto social. Essa perspectiva redefine a função do professor, que deixa de ser transmissor de conteúdos para se tornar mediador de experiências significativas, orientando a reflexão sobre problemas concretos.

A relação entre teoria e prática constitui elemento central na epistemologia pragmática. Gelamo (2009) sustenta que o ensino de filosofia deve situar o pensamento crítico em consonância com as vivências dos estudantes, promovendo a construção de saberes que se originam da própria experiência. Isso implica que o conhecimento não é um objeto estático a ser recebido, mas um recurso dinâmico que se valida por meio da ação e da experimentação contextualizada.

A avaliação educacional, sob a ótica pragmática, deve transcender a simples mensuração de conteúdos e considerar os efeitos do aprendizado na prática. Hermann (2015) enfatiza que o conhecimento se manifesta em sua eficácia quando produz mudanças mensuráveis, orientando decisões e soluções de problemas reais. Nesse contexto, a educação se aproxima de um laboratório de experiências, em que hipóteses são testadas e adaptadas à realidade social e individual.

O desenvolvimento da criatividade é condição imprescindível para a efetivação do pragmatismo. Marina (1991) afirma que a inteligência criadora se manifesta na capacidade de gerar soluções originais diante de situações inéditas, sendo a aplicação do saber inseparável de sua inovação prática. No ambiente educativo, isso implica incentivar a experimentação, promover a autonomia intelectual e estimular o desenvolvimento de estratégias flexíveis para enfrentar desafios cotidianos.

A função ética do conhecimento adquire centralidade no pragmatismo, pois cada ação produz consequências tangíveis na vida social. Saviani (1980) argumenta que a educação deve formar sujeitos capazes de perceber o impacto de suas decisões, articulando o saber à responsabilidade social. O valor do conhecimento se mede, portanto, por sua capacidade de transformar positivamente contextos coletivos, tornando o aprendizado um instrumento de cidadania ativa.

A valorização da diversidade de saberes constitui outro aspecto fundamental. Luckesi (1991) sustenta que a educação deve integrar reflexão crítica e experiências empíricas, reconhecendo múltiplas perspectivas como fontes de conhecimento aplicável. Essa abordagem permite que diferentes formas de saber coexistam, ampliando a capacidade dos sujeitos de intervir em contextos complexos e de produzir soluções inovadoras para problemas concretos.

O pragmatismo se aproxima de um pensamento complexo que articula diferentes dimensões do conhecimento. Morin (2004) enfatiza que a compreensão da realidade requer integração entre saberes distintos e capacidade de análise crítica de interdependências. No contexto educacional, essa perspectiva possibilita a formação de indivíduos aptos a enfrentar desafios multifacetados, considerando simultaneamente aspectos cognitivos, sociais e éticos na tomada de decisões.

A investigação científica aplicada à educação reforça a efetividade do pragmatismo. Narciso e Santana (2025) defendem que a pesquisa educativa permite refletir sobre práticas pedagógicas, ajustando estratégias e fundamentando decisões em evidências verificáveis. Tal enfoque assegura que o conhecimento não permaneça abstrato, mas produza efeitos concretos, ampliando a capacidade de intervenção do sujeito na realidade em que está inserido.

O pragmatismo, portanto, articula teoria e prática, reflexão e ação, transformando o conhecimento em ferramenta de emancipação. Drumond Ischkanian et al. (2025) e Freire (2011) demonstram que a educação pragmática forma indivíduos capazes de agir conscientemente em suas vidas, promovendo mudanças significativas no plano pessoal e social. O saber não é apenas acumulado, mas mobilizado de forma estratégica, ética e criativa, permitindo que a filosofia se torne uma prática de liberdade.

2.5.5. Estruturalismo e Pós-estruturalismo.

A análise das estruturas sociais e culturais exige compreender como os sistemas de conhecimento e poder se articulam na experiência humana. Drumond Ischkanian et al. (2025) destacam que a educação pode ser entendida como prática que expõe relações implícitas entre saberes e contextos históricos, revelando padrões organizadores de significado. Essa perspectiva aproxima-se do estruturalismo ao identificar que normas, valores e práticas sociais não existem isoladamente, mas emergem de uma rede de relações que organiza comportamentos, crenças e tradições.

O papel da linguagem na constituição do conhecimento é central para a compreensão das estruturas. Gelamo (2009) argumenta que a filosofia, enquanto prática educativa, deve analisar como o discurso organiza e molda a percepção do mundo, permitindo identificar regularidades que estruturam experiências culturais. A abordagem estruturalista, nesse sentido, busca mapear os elementos que tornam possíveis a comunicação e a interpretação dentro de uma sociedade, enfatizando a lógica das relações entre conceitos.

A crítica à ideia de verdades universais evidencia a passagem do estruturalismo para o pós-estruturalismo. Freire (2011) defende que a educação libertadora implica problematizar o conhecimento estabelecido, reconhecendo sua historicidade e sua função social. O questionamento das certezas absolutas é um passo essencial para compreender que estruturas

culturais não são imutáveis, mas dependem de contextos e interpretações que se transformam ao longo do tempo.

A prática pedagógica oferece um espaço privilegiado para observar a dinâmica entre estrutura e poder. Hermann (2015) enfatiza que ensinar é um ato de mediação entre sistemas de conhecimento e a experiência vivida dos alunos, revelando padrões que organizam a aprendizagem. O olhar pós-estruturalista permite perceber que esses padrões não são neutros, mas carregam pressupostos históricos e sociais que moldam relações de autoridade e significado.

As relações entre sujeito e sociedade também são analisadas sob a perspectiva estruturalista. Libâneo (1994) observa que a escola funciona como um sistema em que normas, conteúdos e metodologias refletem estruturas mais amplas da organização social. A compreensão das instituições educacionais exige identificar os elementos que reproduzem ou desafiam essas estruturas, reconhecendo a interdependência entre prática, saber e contexto.

O desenvolvimento da inteligência e da criatividade depende da capacidade de interagir com estruturas complexas de conhecimento. Marina (1991) propõe que a inteligência criadora se manifesta na habilidade de explorar padrões, encontrar regularidades e inovar dentro de sistemas estabelecidos. Tal perspectiva conecta-se ao estruturalismo ao enfatizar que a compreensão das estruturas potencia a criação de sentido, ao mesmo tempo em que o pós-estruturalismo alerta para a necessidade de questionar essas mesmas estruturas.

A educação crítica envolve a análise de dispositivos de poder e conhecimento que organizam práticas sociais. Saviani (1980, 2008) argumenta que compreender o currículo e a prática pedagógica exige investigar as normas implícitas que estruturam a escola e o saber. Essa abordagem evidencia que estruturas sociais e educacionais não são transparentes e precisam ser problematizadas para revelar como moldam a percepção e a ação dos indivíduos.

A reflexão sobre métodos e pesquisa também dialoga com a análise estrutural e pós-estrutural. Narciso & Santana (2025) indicam que metodologias científicas devem ser avaliadas criticamente, considerando como as escolhas epistemológicas e procedimentais refletem estruturas de conhecimento e pressupostos teóricos. A investigação educacional torna-se, portanto, um campo de análise das relações entre teoria, prática e contexto social.

O reconhecimento da historicidade das instituições e dos saberes é fundamental para a crítica estrutural. Morin (2004) propõe que o pensamento deve articular complexidade e contexto, permitindo perceber que padrões culturais e educacionais emergem de processos dinâmicos e interdependentes. O pós-estruturalismo aprofunda essa visão ao evidenciar instabilidades, contradições e múltiplas interpretações possíveis dentro de qualquer sistema social.

A articulação entre estruturalismo e pós-estruturalismo oferece ferramentas para compreender a pluralidade cultural e a formação de subjetividades. Drumond Ischkanian et al. (2025) afirmam que a educação inclusiva e crítica exige que se reconheçam diferenças, conflitos e possibilidades de resistência nos processos de aprendizagem. A investigação das estruturas e de suas descontinuidades possibilita compreender que conhecimento, cultura e poder se entrelaçam, tornando a prática educativa um espaço de reflexão sobre as relações entre sociedade e saber.

2.5.6. Marxismo

A análise marxista das relações sociais fundamenta-se na compreensão de que a estrutura econômica é determinante para as demais esferas da vida humana. Drumond Ischkanian et al. (2025) ressaltam que as práticas educacionais refletem tensões sociais e econômicas, indicando que o acesso e a apropriação do saber não são neutros, mas mediadores de relações de poder. Essa perspectiva evidencia como as instituições, inclusive escolares, reproduzem ou contestam desigualdades estruturais, articulando-se ao materialismo histórico como ferramenta de crítica social.

A compreensão da consciência social a partir das condições materiais exige considerar como o trabalho organiza a vida coletiva. Freire (2011) enfatiza que o conhecimento se constrói em contextos de opressão e exploração, sugerindo que a pedagogia crítica deve iluminar as relações entre sujeitos e estruturas que os condicionam. Essa leitura aproxima-se da concepção marxista de que a história da humanidade é uma história de lutas de classes, em que as formas de produção e as relações econômicas moldam possibilidades de ação e pensamento.

O conceito de alienação emerge como elemento central para entender a experiência humana sob regimes econômicos desiguais. Gelamo (2009) argumenta que a filosofia enquanto prática docente deve revelar como estruturas externas influenciam a consciência, tornando os indivíduos participantes e, ao mesmo tempo, submetidos a sistemas que limitam sua autonomia. A análise marxista permite interpretar tais dinâmicas como efeitos de relações de produção que estruturam a sociedade e as experiências subjetivas.

A pedagogia crítica conecta-se à ideia de transformação social. Hermann (2015) destaca que ensinar envolve não apenas transmitir conhecimento, mas possibilitar a reflexão sobre contextos sociais que determinam oportunidades e restrições. A perspectiva marxista vê a educação como potencial mecanismo de conscientização, capaz de expor contradições entre interesses sociais e econômicos, promovendo a ação emancipatória dos sujeitos.

As instituições educacionais, vistas sob a lente materialista, funcionam como microcosmos das relações de classe. Libâneo (1994) observa que currículos, métodos e práticas pedagógicas refletem prioridades sociais e econômicas, reproduzindo desigualdades ou

podendo questioná-las. O Marxismo contribui para compreender como o conteúdo e a forma da educação se articulam com o poder e a economia, revelando tensões entre normatividade e emancipação.

O desenvolvimento do pensamento crítico depende da capacidade de problematizar condições estruturais. Luckesi (1991) indica que a educação deve favorecer a reflexão sobre o real, permitindo que sujeitos reconheçam determinantes sociais que influenciam suas escolhas. Essa abordagem conecta-se ao materialismo histórico, pois compreende a formação da consciência como inseparável da posição do indivíduo nos processos produtivos e das relações sociais que deles derivam.

A criatividade e a transformação social emergem da interação entre saber e prática. Marina (1991) defende que a inteligência criadora se manifesta quando indivíduos reinterpretam contextos estruturados, abrindo espaço para novas formas de compreensão e ação. No contexto marxista, essa criatividade permite a crítica das estruturas existentes, apontando caminhos para transformação das condições materiais que condicionam a vida coletiva.

A metodologia científica aplicada à educação oferece instrumentos para revelar desigualdades estruturais. Narciso & Santana (2025) indicam que a pesquisa deve problematizar como escolhas epistemológicas e técnicas refletem relações sociais e interesses históricos. A investigação crítica, alinhada ao Marxismo, busca não apenas compreender, mas também intervir nas estruturas de poder que moldam experiências sociais e educacionais.

A análise histórica e dialética é indispensável para interpretar mudanças sociais. Morin (2004) propõe que o pensamento complexo deve integrar fatores econômicos, culturais e institucionais, permitindo compreender como estruturas sociais se reproduzem ou se transformam. A crítica marxista reforça a necessidade de observar a dinâmica entre condições materiais e consciência, reconhecendo a centralidade das relações econômicas na constituição das sociedades.

A perspectiva marxista evidencia que a educação, a cultura e o poder estão intrinsecamente ligados. Drumond Ischkanian et al. (2025) afirmam que práticas pedagógicas inclusivas e críticas devem reconhecer a diversidade social e as desigualdades estruturais, promovendo reflexão sobre os sistemas de produção e distribuição de recursos. Compreender o materialismo histórico é fundamental para articular teoria e prática educacional voltadas à emancipação social e à transformação das relações de poder.

2.5.7. Nihilismo.

O nihilismo, entendido como a negação de valores objetivos e de qualquer propósito intrínseco da existência, inaugura uma reflexão crítica sobre os fundamentos da moralidade e

da cultura. Nietzsche (2018) indica que a crise dos valores tradicionais produz um vácuo ético, no qual antigos referenciais se tornam insuficientes para orientar a vida social e individual. A compreensão do nihilismo exige reconhecer que a ausência de sentido não implica apenas desesperança, mas potencial abertura para a reconstrução de horizontes de significado.

A percepção do vazio valorativo transforma a maneira como os indivíduos se relacionam com o conhecimento e com a autoridade cultural. Ortega y Gasset (1930a) ressalta que a massa, desprovida de critérios sólidos, tende a absorver convenções impostas sem reflexão crítica. Nesse contexto, o nihilismo atua como provocação intelectual, desafiando a naturalização de normas e exigindo um questionamento constante sobre a legitimidade das instituições sociais.

O impacto do nihilismo sobre a educação emerge na tensão entre transmissão de saberes e criação de autonomia. Saviani (1980) aponta que o ensino deve favorecer a consciência crítica, capacitando sujeitos a avaliar princípios e valores sem se limitar à repetição acrítica. Essa abordagem converte o nihilismo em ferramenta metodológica, estimulando a análise reflexiva sobre o que se aceita como válido e sobre os processos que sustentam tais aceitação.

No plano individual, a confrontação com a ausência de sentido pode gerar desconforto existencial, mas também impulsiona a construção de novos propósitos. Zambrano (1939) enfatiza a função da filosofia e da poesia como instrumentos de articulação entre a experiência subjetiva e a compreensão do mundo. O nihilismo, nesse sentido, não é apenas destruição, mas oportunidade de reinvenção simbólica e ética.

A crítica nihilista também se estende às estruturas sociais e políticas. Ortega y Gasset (1930b) assinala que a decadência de valores universais compromete a legitimidade das lideranças e amplia a responsabilidade do indivíduo na construção do consenso social. O nihilismo, ao evidenciar a contingência das normas, incentiva práticas de reflexão sobre justiça, liberdade e participação cidadã, promovendo diálogos críticos sobre o poder e a autoridade.

A dimensão epistemológica do nihilismo implica revisar a forma como a verdade é concebida. Pereira (2009) defende que a consciência crítica deve analisar os pressupostos que fundamentam afirmações de certeza, reconhecendo a instabilidade de fundamentos considerados absolutos. A perspectiva nihilista força a problematização do conhecimento, expondo a necessidade de critérios flexíveis e contextuais para a validação de conceitos e práticas.

O campo da comunicação e da pedagogia é sensível à influência do nihilismo. Pretto (2005) observa que tecnologias e mídias amplificam a pluralidade de valores e perspectivas, confrontando o indivíduo com múltiplas narrativas de sentido. Nesse ambiente, a ausência de

valores universais exige estratégias educativas capazes de cultivar discernimento crítico, autonomia intelectual e capacidade de negociação entre diferentes formas de compreensão.

A investigação documental e científica assume papel relevante na mediação entre sentido e contingência. Silva et al. (2009) argumentam que metodologias rigorosas permitem organizar a experiência e criar interpretações consistentes mesmo em contextos de incerteza valorativa. O nihilismo, nesse quadro, não suprime a possibilidade de conhecimento, mas redefine seus parâmetros, insistindo na análise consciente de pressupostos e limitações.

No plano ético, a reflexão nihilista questiona a universalidade das normas e incentiva a criação de códigos pessoais de conduta. Savater (1997) propõe que o valor da educação está em preparar indivíduos para escolhas conscientes e fundamentadas, capazes de enfrentar o desamparo que a ausência de verdades absolutas pode gerar. Essa abordagem transforma o nihilismo em catalisador de responsabilidade e maturidade moral.

A relevância do nihilismo reside em sua capacidade de desestabilizar certezas e abrir espaço para invenção cultural e ética. Teixeira (1968) aponta que a educação deve assumir o desafio de formar sujeitos conscientes das contingências históricas e sociais, aptos a interpretar e intervir no mundo sem recorrer a certezas pré-fabricadas. O nihilismo, longe de paralisar, oferece uma provocação criativa para a filosofia, a educação e a vida social.

2.6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO

A fundamentação teórica da educação constitui a base conceitual que orienta práticas pedagógicas e decisões metodológicas. Saviani (1980) argumenta que compreender as correntes filosóficas permite ao professor não apenas executar técnicas de ensino, mas refletir sobre o sentido e os objetivos da educação. Essa perspectiva coloca o pensamento crítico no centro do ato educativo, tornando a prática pedagógica um exercício de reflexão contínua sobre valores e fins da instrução.

A tradição racionalista, ao enfatizar a lógica e a clareza do pensamento, oferece subsídios para o desenvolvimento da capacidade crítica do estudante. Pereira (2009) destaca que o ensino fundamentado no racionalismo estimula o discernimento entre argumentos válidos e falaciosos, promovendo autonomia intelectual. Nesse sentido, a prática pedagógica transcende a memorização, direcionando-se à formação de sujeitos capazes de questionar pressupostos e analisar informações de forma rigorosa.

O empirismo, por sua vez, valoriza a experiência e a observação como meios de construção do conhecimento. Savater (1997) enfatiza que práticas educativas baseadas em experimentação permitem ao aluno relacionar teoria e prática, estabelecendo vínculos entre conceitos abstratos e situações concretas. Essa abordagem fortalece a compreensão do mundo

pelo contato direto com fenômenos observáveis, favorecendo o aprendizado ativo e significativo.

O pragmatismo surge como perspectiva que conecta utilidade e aplicabilidade ao processo educativo. Saviani (2008) assinala que métodos que privilegiam o uso prático do conhecimento contribuem para a formação de indivíduos capazes de intervir efetivamente na realidade. Nessa perspectiva, a educação se constitui como espaço de experimentação ética e social, em que o valor do conhecimento se mede por sua capacidade de gerar transformação e resolver problemas concretos.

A reflexão sobre educação crítica incorpora a análise das estruturas sociais e das relações de poder que condicionam o aprendizado. Ortega y Gasset (1930a) argumenta que a formação intelectual não pode dissociar-se do contexto social em que ocorre, devendo preparar indivíduos para interagir criticamente com a realidade. Essa concepção implica que a fundamentação filosófica da educação inclui a compreensão de desigualdades, normas culturais e mecanismos de reprodução social.

A dimensão ética da prática pedagógica também é esclarecida por correntes filosóficas que orientam a educação para a democracia e a justiça social. Teixeira (1997) sublinha que o ensino deve formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de dialogar e participar ativamente da vida coletiva. A fundamentação teórica proporciona critérios para a tomada de decisões pedagógicas, tornando o ato de ensinar um exercício ético e político, não apenas técnico.

O diálogo entre tradição e inovação é fundamental para que a educação permaneça relevante diante das transformações sociais. Pretto (2005) destaca que a tecnologia educacional, quando integrada com reflexão filosófica, potencializa processos de aprendizagem ao ampliar possibilidades de experimentação e comunicação. A fundamentação teórica permite avaliar criticamente essas inovações, garantindo que se mantenha coerência entre objetivos pedagógicos e métodos aplicados.

A pesquisa educativa, seja documental ou experimental, encontra respaldo na compreensão filosófica da educação. Silva et al. (2009) defendem que metodologias rigorosas estruturam o conhecimento produzido no ambiente escolar, assegurando consistência e confiabilidade das práticas. O professor, orientado por teorias filosóficas, consegue interpretar dados e experiências educacionais de modo a fundamentar intervenções pedagógicas conscientes e contextualizadas.

A interdisciplinaridade, apoiada em fundamentos teóricos, amplia a compreensão sobre processos de aprendizagem e desenvolvimento humano. Gelamo (2009) observa que integrar filosofia, sociologia e psicologia permite construir uma educação mais completa, capaz de considerar aspectos cognitivos, afetivos e sociais do aluno. A fundamentação teórica fornece

ferramentas conceituais para compreender essas interações complexas, promovendo práticas pedagógicas mais sensíveis e eficazes.

A reflexão sobre fundamentos teóricos da educação reafirma o papel do professor como mediador de significados e formador de consciência crítica. Drumond Ischkanian et al. (2025) destacam que a educação não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve a formação de sujeitos capazes de interpretar, questionar e transformar o mundo. A fundamentação filosófica oferece as bases para escolhas pedagógicas conscientes, garantindo que o ensino transcenda a técnica e se configure como prática de liberdade e transformação social.

2.7. DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO CRÍTICO

O desenvolvimento do pensamento crítico na educação exige uma abordagem que vá além da simples transmissão de conteúdo. Drumond Ischkanian et al. (2025) destacam que a prática pedagógica deve estimular a reflexão autônoma do aluno, promovendo consciência sobre seus próprios processos de aprendizagem. Essa perspectiva transforma a sala de aula em um espaço de investigação, em que questionamentos e análises fundamentadas tornam-se instrumentos para a construção do conhecimento.

Filosofias como o existencialismo reforçam a importância de situar o indivíduo no centro da experiência educativa. Freire (2011) argumenta que a educação deve despertar a responsabilidade do estudante sobre seu próprio aprendizado, reconhecendo-o como sujeito ativo e capaz de intervir em sua realidade. O pensamento crítico emerge quando a reflexão sobre escolhas, consequências e valores orienta ações conscientes e éticas.

A fenomenologia, ao privilegiar a experiência direta, contribui para que os alunos compreendam a significação de suas vivências. Gelamo (2009) observa que o reconhecimento da percepção individual permite relacionar fenômenos sociais e cognitivos com interpretações pessoais, criando uma ponte entre conhecimento e experiência. Essa abordagem enfatiza que aprender envolve perceber, interpretar e reagir a contextos complexos.

O questionamento constante, elemento central do pensamento crítico, também depende de métodos que incentivem autonomia intelectual. Hermann (2015) sublinha que práticas pedagógicas que estimulam risco e reflexão ampliam a capacidade de julgamento, permitindo que estudantes avaliem informações de modo criterioso. Tal postura fortalece o protagonismo do aprendiz, tornando-o participante ativo de sua formação.

O diálogo entre teoria e prática é essencial para consolidar o raciocínio crítico. Libâneo (1994) aponta que atividades reflexivas e contextualizadas propiciam compreensão profunda, pois obrigam o aluno a relacionar conceitos abstratos com situações concretas. O

ensino, assim, deixa de ser reprodutor e passa a ser formativo, orientado por experiências significativas que desafiam e expandem o entendimento.

O desenvolvimento do pensamento crítico exige reconhecer o papel das emoções e da intuição na aprendizagem. Marina (1991) enfatiza que processos criativos e afetivos influenciam decisões, interpretações e compreensão de fenômenos complexos. O educador, portanto, deve fomentar ambientes que integrem reflexão lógica e sensibilidade emocional, permitindo que os alunos explorem múltiplas dimensões de conhecimento.

A formação crítica não ocorre de forma isolada, mas em interação com contextos sociais e culturais diversos. Morin (2004) afirma que a educação deve considerar a complexidade do mundo contemporâneo, preparando estudantes para analisar problemas interdependentes e imprevisíveis. A capacidade de julgamento crítico se fortalece quando a aprendizagem inclui consciência sobre interações sociais, econômicas e éticas.

A mediação pedagógica do professor é determinante no processo de reflexão crítica. Luckesi (1991) defende que educadores precisam compreender a fundamentação filosófica de suas práticas, para orientar o estudante sem substituir sua capacidade de pensar autonomamente. A presença do professor como facilitador de diálogos críticos contribui para a construção de sujeitos capazes de reflexão ética e análise profunda.

A interdisciplinaridade intensifica o desenvolvimento do pensamento crítico ao confrontar o estudante com múltiplas perspectivas. Saviani (1980) argumenta que integrar diferentes campos do saber estimula questionamentos complexos, fomentando discernimento e capacidade de síntese. Esse procedimento permite ao aprendiz reconhecer contradições, avaliar hipóteses e formular conclusões fundamentadas, habilidades essenciais para a vida acadêmica e social.

O cultivo do pensamento crítico transforma o ato de ensinar em prática de liberdade. Drumond Ischkanian et al. (2025) enfatizam que educar não é meramente transmitir conteúdos, mas criar condições para que o aluno se torne sujeito consciente, capaz de interpretar, questionar e intervir no mundo. Essa concepção coloca a reflexão, a responsabilidade e o autoconhecimento no centro da experiência educativa, consolidando a educação como processo de formação integral.

2.8. INFLUÊNCIA NA METODOLOGIA DE ENSINO

A reflexão sobre metodologias de ensino exige considerar as bases filosóficas que estruturam a prática pedagógica. Drumond Ischkanian et al. (2025) destacam que correntes filosóficas não apenas orientam a escolha de conteúdos, mas moldam a forma como o conhecimento é construído em sala de aula, condicionando interações e estratégias didáticas. O

positivismo, ao privilegiar observação sistemática e dados objetivos, exemplifica como uma perspectiva epistemológica influencia diretamente a organização de atividades e avaliações.

No contexto do positivismo, o rigor metodológico assume papel central. Libâneo (1994) evidencia que o ensino estruturado busca eliminar ambiguidades, garantindo que o aluno se aproxime da realidade por meio da análise de fatos verificáveis. Esse enfoque enfatiza a disciplina intelectual e a clareza conceitual, permitindo que aprendiz e professor compartilhem um marco interpretativo consistente sobre os fenômenos estudados.

O pragmatismo, em contraste, propõe uma relação mais dinâmica entre teoria e prática. Freire (2011) observa que a aprendizagem baseada em problemas e experiências concretas estimula o engajamento ativo, promovendo pensamento crítico e solução de conflitos cognitivos. Essa abordagem redefine o papel do estudante, que deixa de ser mero receptor de informações para se tornar coautor do conhecimento.

A perspectiva construtivista amplia o campo de intervenção pedagógica ao integrar princípios de Piaget e Dewey. Gelamo (2009) ressalta que a aprendizagem significativa ocorre quando o aluno relaciona novas informações a estruturas cognitivas previamente consolidadas, transformando a assimilação de conteúdos em processo ativo e reflexivo. Estratégias construtivistas valorizam experimentação, investigação e colaboração como fundamentos de construção do saber.

O planejamento didático, quando ancorado em filosofias educacionais, adquire coerência e intencionalidade. Saviani (1980) argumenta que decisões metodológicas informadas por teorias epistemológicas permitem alinhar objetivos de aprendizagem, avaliação e interação pedagógica. Tal integração favorece a consistência do ensino, promovendo experiências que conectam conhecimento teórico e aplicação prática.

A abordagem pragmatista implica reorganização do espaço educativo. Hermann (2015) indica que atividades contextualizadas e voltadas a desafios reais incentivam adaptação, criatividade e avaliação constante de hipóteses. Ao proporcionar situações de aprendizagem que demandam resolução de problemas, o professor estimula desenvolvimento cognitivo e autonomia ética, fundamentais para a formação crítica.

O construtivismo também destaca a importância da interação social como mediadora da aprendizagem. Drumond Ischkanian et al. (2025) enfatizam que debates, projetos colaborativos e construção conjunta de soluções fortalecem a capacidade de reflexão do aluno. A sala de aula torna-se, dessa maneira, laboratório de experiências cognitivas e afetivas, no qual os estudantes se reconhecem como protagonistas de seu percurso educativo.

A avaliação, dentro desse panorama, deixa de ser instrumento de mera mensuração e transforma-se em ferramenta de diagnóstico e orientação. Luckesi (1991) defende que compreender a filosofia que fundamenta cada prática permite ao professor identificar não

apenas lacunas de conhecimento, mas também potencialidades e estratégias de intervenção individualizadas. Esse enfoque amplia a compreensão do sucesso educativo para além de resultados quantitativos.

O diálogo entre correntes filosóficas distintas enriquece a flexibilidade metodológica. Savater (1997) destaca que o educador consciente das múltiplas concepções de aprendizagem consegue combinar estrutura, experiência prática e significação ativa, adaptando abordagens às necessidades e contextos de seus alunos. Essa combinação favorece engajamento, criatividade e capacidade crítica, pilares de uma educação formativa.

A influência filosófica sobre a metodologia de ensino transforma a prática educativa em um espaço de construção de sentido. Drumond Ischkanian et al. (2025) enfatizam que a reflexão sobre fundamentos teóricos permite ao educador criar estratégias coerentes com objetivos educacionais e sociais, fortalecendo o papel da escola na formação integral do indivíduo. A metodologia, portanto, se torna expressão da filosofia que orienta cada decisão pedagógica, promovendo aprendizagem significativa, crítica e emancipatória.

2.9. PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ÉTICA E CIDADÃ

A educação ética e cidadã emerge como resultado da reflexão crítica sobre fundamentos filosóficos que orientam práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social. Drumond Ischkanian et al. (2025) destacam que correntes como o Contratualismo, o Marxismo e o Humanismo oferecem instrumentos conceituais para desenvolver a consciência moral e política do aluno, enfatizando que o aprendizado não se limita à aquisição de conhecimentos técnicos, mas envolve a formação de sujeitos conscientes de direitos e deveres. Essa perspectiva redefine a função da escola, deslocando o foco da neutralidade para o engajamento ativo em problemas sociais concretos.

O Contratualismo contribui para a compreensão da ética como produto de acordos sociais e responsabilidade compartilhada. Freire (2011) observa que ensinar sob essa ótica exige criar ambientes nos quais os estudantes percebam as normas e regras como construção coletiva, promovendo o diálogo e a deliberação crítica. A educação, nesse sentido, torna-se prática de liberdade, na medida em que possibilita aos educandos assumir papéis ativos na definição de padrões de convivência.

O Marxismo introduz a análise das estruturas econômicas e sociais como elementos determinantes das relações humanas. Drumond Ischkanian et al. (2025) afirmam que uma pedagogia influenciada por essa corrente incentiva a consciência crítica sobre desigualdades e relações de poder, estimulando alunos a reconhecer injustiças e a desenvolver habilidades para transformá-las. A prática educativa, portanto, integra conhecimento teórico com a responsabilidade social, evidenciando a dimensão ética da aprendizagem.

O Humanismo, ao centrar-se na dignidade e no desenvolvimento integral do indivíduo, amplia a visão da escola como espaço formativo. Gelamo (2009) argumenta que a valorização da subjetividade e da autonomia do aluno fortalece a capacidade de reflexão ética, permitindo que cada estudante construa princípios morais fundamentados em empatia, respeito e justiça. A educação ética, assim, transcende conteúdos disciplinares, englobando dimensões sociais, emocionais e políticas.

As metodologias que incorporam princípios éticos e cidadania exigem participação ativa e cooperação. Saviani (2008) enfatiza que o aprendizado colaborativo e o debate sobre dilemas sociais e morais proporcionam experiência prática de exercício da responsabilidade coletiva. Nessas condições, a avaliação não se limita a resultados individuais, mas inclui a capacidade de argumentar, ponderar alternativas e tomar decisões fundamentadas em valores éticos.

A ética na escola não se reduz a normas de conduta; envolve a articulação entre teoria e ação. Hermann (2015) aponta que atividades que exploram conflitos de interesse, direitos humanos e justiça social promovem reflexão crítica sobre o papel do cidadão na sociedade. Essa abordagem fortalece a compreensão de que ética e política são indissociáveis, preparando o aluno para participar de forma consciente em diferentes contextos sociais.

O ensino de cidadania e ética também requer atenção às desigualdades e à diversidade cultural. Drumond Ischkanian et al. (2025) indicam que incluir perspectivas diversas contribui para a construção de uma consciência ética plural, capaz de reconhecer e respeitar diferenças. Estratégias pedagógicas voltadas à inclusão fortalecem a percepção de responsabilidade coletiva e consolidam o compromisso com justiça social e equidade.

A formação ética interage com o desenvolvimento crítico da consciência histórica. Freire (2011) observa que compreender os processos históricos de opressão e emancipação permite aos estudantes identificar padrões de injustiça e refletir sobre soluções coletivas. Esse engajamento estimula autonomia intelectual e moral, transformando a educação em instrumento de protagonismo social.

A cidadania ativa requer que o aluno compreenda seus direitos e deveres em múltiplos níveis de complexidade. Savater (1997) destaca que o desenvolvimento de juízo crítico e senso ético fundamentado capacita indivíduos a participar de debates públicos, avaliar consequências de decisões políticas e agir de forma responsável. A escola, portanto, cumpre função de formadora de agentes éticos e socialmente conscientes.

O compromisso com educação ética e cidadã resulta na construção de uma prática pedagógica orientada por valores universais e pelo respeito à dignidade humana. Drumond Ischkanian et al. (2025) enfatizam que esse modelo transforma a experiência escolar em espaço de reflexão, empoderamento e ação social, evidenciando que ensinar e aprender implicam

responsabilidade ética e política. A educação se revela, dessa maneira, instrumento decisivo para a formação de sujeitos capazes de intervir criticamente e transformar a sociedade.

2.10. FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO

A formação integral do aluno exige uma concepção de educação que extrapola a simples transmissão de conteúdos, propondo a integração de múltiplas dimensões do saber e da experiência humana. Drumond Ischkanian et al. (2025) argumentam que correntes filosóficas como o Racionalismo, o Empirismo, o Pragmatismo, o Existencialismo e a Fenomenologia fornecem bases conceituais para articular raciocínio lógico, experiência prática e reflexão pessoal em um processo educativo contínuo. Essa abordagem promove a percepção de que aprender envolve, simultaneamente, pensamento crítico, ação consciente e desenvolvimento ético.

O Racionalismo, ao valorizar a razão como instrumento de conhecimento, oferece ferramentas para o desenvolvimento do raciocínio lógico e da argumentação estruturada. Freire (2011) observa que estimular a capacidade de análise e síntese contribui para a autonomia intelectual do estudante, permitindo que ele organize ideias e conceitos com clareza. Essa ênfase na lógica não se limita à disciplina formal, mas permeia decisões e problematizações que orientam a vida acadêmica e social do aluno.

O Empirismo reforça a importância da experiência concreta como fonte de aprendizagem, sustentando que o conhecimento nasce da observação e da interação com o mundo. Gelamo (2009) aponta que atividades práticas, experimentos e vivências facilitam a internalização de conceitos abstratos, conectando teoria e prática de maneira significativa. Nesse contexto, a aprendizagem se torna sensível às circunstâncias reais, promovendo reflexão crítica baseada em evidências.

O Pragmatismo amplia a dimensão prática do aprendizado, propondo que o conhecimento deve ser testado e validado em situações concretas. Hermann (2015) ressalta que a resolução de problemas e a aplicação de conceitos em projetos ou estudos de caso incentivam a criatividade e a adaptação, preparando o aluno para desafios complexos e multifacetados. A metodologia pragmática promove uma relação direta entre ação e reflexão, fortalecendo competências cognitivas e sociais simultaneamente.

O Existencialismo e a Fenomenologia enfatizam a importância da experiência subjetiva e da construção de significado pessoal. Drumond Ischkanian et al. (2025) afirmam que essas correntes possibilitam aos alunos questionar valores, escolhas e propósitos de forma autônoma, estabelecendo vínculos profundos entre aprendizagem e consciência de si mesmo. O estímulo à reflexão existencial promove maturidade intelectual e emocional, fortalecendo a capacidade de tomada de decisões éticas e responsáveis.

A integração de dimensões racionais, empíricas e existenciais propicia o desenvolvimento de uma visão crítica e ampla da realidade. Saviani (1980) argumenta que a educação que combina análise lógica, vivência prática e reflexão sobre sentido e valores constrói sujeitos capazes de interpretar fenômenos complexos e interagir de forma consciente no mundo. Essa síntese é fundamental para superar modelos fragmentados que limitam a aprendizagem a habilidades isoladas.

A formação integral também exige atenção à dimensão social e relacional do aprendizado. Freire (2011) enfatiza que o diálogo, a colaboração e a participação em contextos coletivos fortalecem a consciência cidadã e ética, permitindo que os estudantes compreendam o impacto de suas ações sobre o coletivo. A aprendizagem, nesse sentido, não é um processo isolado, mas um espaço de construção conjunta de conhecimento e valores.

O desenvolvimento de competências cognitivas, emocionais e sociais está intrinsecamente ligado à capacidade de autoavaliação e metacognição. Luckesi (1991) observa que o aluno que reflete sobre seu próprio aprendizado reconhece forças, limitações e estratégias de aprimoramento, consolidando autonomia e responsabilidade. Essa prática fortalece a consciência crítica e promove uma postura investigativa diante de problemas complexos.

A dimensão ética da formação integral envolve reconhecer que o conhecimento deve ser mobilizado para fins construtivos e coletivos. Drumond Ischkanian et al. (2025) destacam que ao integrar experiências práticas, reflexão pessoal e análise lógica, os alunos desenvolvem sensibilidade para dilemas morais e sociais, cultivando valores de justiça, empatia e responsabilidade. A educação, nesse quadro, atua como instrumento de transformação pessoal e social.

A formação integral, portanto, exige uma abordagem educativa articulada, interdisciplinar e consciente de sua função social. Saviani (2008) defende que ao unir lógica, prática e sentido existencial, a escola cria condições para que cada estudante se torne um agente capaz de interpretar, criticar e intervir na realidade de maneira ética e criativa. A educação deixa de ser mera instrução e se transforma em projeto de vida e construção de cidadãos plenos e críticos.

3. CONCLUSÃO

A análise das correntes filosóficas evidencia que a educação crítica e reflexiva não surge apenas da transmissão de conteúdos, mas da articulação entre teoria e prática, razão e experiência, reflexão e ação. O diálogo entre diferentes perspectivas filosóficas permite compreender que o processo educativo é intrinsecamente complexo, exigindo atenção à diversidade de formas de pensar, aprender e interagir. Essa compreensão amplia a visão do

professor sobre seu papel, revelando que educar é fomentar o desenvolvimento integral do indivíduo, e não apenas a memorização de informações.

A integração de abordagens racionais e empíricas reforça a importância de estimular o raciocínio lógico e a análise crítica, sem dissociá-los da experiência concreta do aluno. Quando o aprendizado envolve experimentação, vivências práticas e resolução de problemas, os estudantes tornam-se mais conscientes da relevância do conhecimento aplicado à realidade. Essa articulação promove uma aprendizagem significativa, capaz de gerar autonomia intelectual e habilidade para lidar com desafios diversos, transformando o ato de estudar em um processo dinâmico e envolvente.

As perspectivas existencialistas e fenomenológicas acrescentam à educação a dimensão da reflexão pessoal e do sentido existencial. Ao encorajar os alunos a questionar valores, escolhas e propósitos, cria-se um espaço de autoconhecimento e desenvolvimento ético. Essa abordagem fortalece a capacidade de tomar decisões responsáveis e conscientes, estimulando a maturidade emocional e o engajamento ativo em questões sociais, éticas e individuais. A escola, nesse contexto, se torna um ambiente de formação de sujeitos capazes de interpretar e transformar o mundo.

O pragmatismo contribui para consolidar uma prática pedagógica voltada para a resolução de problemas e a aplicação concreta do conhecimento. Ao aproximar teoria e prática, essa abordagem garante que o aprendizado não seja abstrato ou desconectado da realidade, tornando o aluno protagonista de seu processo educacional. A aprendizagem baseada em experiências práticas estimula a criatividade, a reflexão crítica e a capacidade de adaptação a contextos variados, preparando indivíduos para atuar de maneira eficaz em múltiplos cenários.

O construtivismo amplia ainda mais a noção de aprendizagem ativa, ao enfatizar a participação do aluno na construção do próprio conhecimento. Essa abordagem reconhece que o aprendizado ocorre por meio da interação com o meio, da colaboração com os pares e da problematização de situações complexas. Essa dinâmica fortalece competências cognitivas, sociais e emocionais simultaneamente, evidenciando que a educação integral não é um conceito abstrato, mas uma prática concreta que exige engajamento contínuo do educador e do estudante.

A diversidade de correntes filosóficas reforça que a educação crítica não é homogênea, mas plural e adaptável. Ao contemplar diferentes formas de pensar e agir, o processo educativo promove respeito às singularidades e à diversidade cultural, social e cognitiva. Essa flexibilidade metodológica permite ao professor construir estratégias pedagógicas coerentes com os objetivos de formação integral, estimulando o desenvolvimento de competências variadas, incluindo criatividade, análise, ética e responsabilidade social.

A dimensão ética e cidadã da educação emerge como resultado natural da integração dessas abordagens filosóficas. Quando os estudantes são encorajados a refletir sobre o impacto de suas ações e sobre os valores que orientam suas escolhas, a escola cumpre um papel social relevante. A formação de cidadãos críticos e conscientes não é consequência de conteúdos isolados, mas de práticas pedagógicas intencionais que valorizam o diálogo, a reflexão e o engajamento responsável.

O desenvolvimento de habilidades cognitivas, práticas e existenciais mostra que a educação crítica é indissociável do contexto social e cultural do aluno. Ao promover uma visão de ensino que integra teoria, prática e reflexão, a escola prepara indivíduos capazes de interpretar fenômenos complexos, resolver problemas de maneira criativa e participar de maneira ética e consciente da vida comunitária. Essa perspectiva fortalece a ideia de que aprender é um processo contínuo e transformador, que ultrapassa os limites da sala de aula.

A articulação entre correntes filosóficas e práticas pedagógicas oferece à educação um suporte epistemológico que vai além da simples transmissão de conhecimento. Ao integrar perspectivas que valorizam tanto a razão quanto a experiência, os educadores são capazes de construir processos de ensino mais ricos, capazes de estimular o pensamento crítico e a capacidade de análise. Essa convergência promove uma compreensão ampliada da aprendizagem, na qual a reflexão se torna tão relevante quanto o conteúdo, permitindo que os alunos desenvolvam autonomia intelectual e habilidades de discernimento frente às complexidades do mundo contemporâneo.

A combinação entre lógica, experiência e ética transforma a prática pedagógica em um espaço de construção ativa do conhecimento e de formação moral. Quando o educador considera os aspectos filosóficos que fundamentam sua prática, ele não apenas ensina conceitos, mas também orienta os estudantes a questionarem, interpretarem e aplicarem esses conceitos em situações reais. Dessa maneira, a escola deixa de ser um mero repositório de informações e passa a funcionar como um ambiente de aprendizagem integral, no qual os alunos exercitam a responsabilidade sobre seu próprio desenvolvimento, cultivando autonomia e senso crítico em consonância com princípios éticos.

Esse enfoque possibilita a formação de cidadãos preparados para atuar de forma consciente e transformadora na sociedade. A educação deixa de ser neutra e se consolida como um projeto de desenvolvimento integral, capaz de enfrentar os desafios sociais, culturais e éticos do século XXI. Ao unir conhecimento, prática reflexiva e engajamento ético, os processos pedagógicos contribuem para a criação de indivíduos criativos, críticos e comprometidos com a construção de sociedades mais justas e solidárias, fortalecendo o papel da educação como instrumento de transformação social e pessoal simultaneamente.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARENDT, Hannah. **A Crise na Educação.** In: Entre o passado e o futuro. 10ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008. p.197-249.

BATISTA, L. S; KUMADA, K. M. O. **Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica.** Revista Brasileira de Iniciação Científica (RBIC), IFSP Itapetininga, v. 8, e021029, p. 1-17, 2021.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia.** 14ª edição. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA JÚNIOR, J. F. et al. **A importância de um ambiente de aprendizagem positivo e eficaz para os alunos.** Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, [S. l.], v. 6, p. 324–341, 2023.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DRUMOND ISCHKANIAN, Simone Helen; CABRAL, Gladys Nogueira; FERREIRA, Juliana Balta; NASCIMENTO DE CARVALHO, Silvana; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; VENDITTE, Neusa; NASCIMENTO DE CARVALHO, Gabriel. **Paulo Freire e a pedagogia da inclusão: educação como prática de liberdade.** Clube de Autores, 2025. 42 p. Disponível em: https://www.calameo.com/books/0072781112658eff3967a. Acesso em: 27 jan. 2026.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 50ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GELAMO, Rodrigo Pelloso. **O ensino de filosofia no limiar da contemporaneidade: o que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de filosofia?** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

HERMANN, Nadja. **Pensar arriscado: a relação entre filosofia e educação.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 1. jan./mar. 2015, p. 217-228.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 22ª edição. São Paulo: Ed. Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação.** São Paulo :Cortez,1991.

MARINA, José Antonio. **Teoría de la inteligencia creadora.** Barcelona: Editorial Ariel, 1991.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensando a reforma, reformar o pensamento.** Tradução Eloá Jacobina. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

NETO, Henrique Nielsen. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Editora Melhoramentos, 1988.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos Ídolos: como filosofar a marteladas.** Tradução de Carlos Antonio Braga. São Paulo: LaFonte, 2018.

ORTEGA Y GASSET, José. **La misión del bibliotecario y otros ensayos.** Madrid: Revista de Occidente, 1968.

ORTEGA Y GASSET, José. **La rebelión de las masas.** Madrid: Revista de Occidente, 1930.

ORTEGA Y GASSET, José. **Misión de la Universidad.** Madrid: Espasa Calpe, 1930.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

PEREIRA, Cássia Regina Dias. **Filosofia e Sociologia: Um Estímulo à Consciência Crítica.** IX Congresso Nacional de Educação – Educere, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia – 26 a 29 de outubro de 2009 – PUC-Pr.

PRETTO, Nelson. **Pedagogia e comunicação: a relação pedagógica no contexto da tecnologia.** Salvador: Edufba, 2005.

SAVATER, Fernando. **O Valor de Educar**. 10ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 42ª edição. São Paulo: Ed. Ática, 2008.

SAVIANI. Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1980.

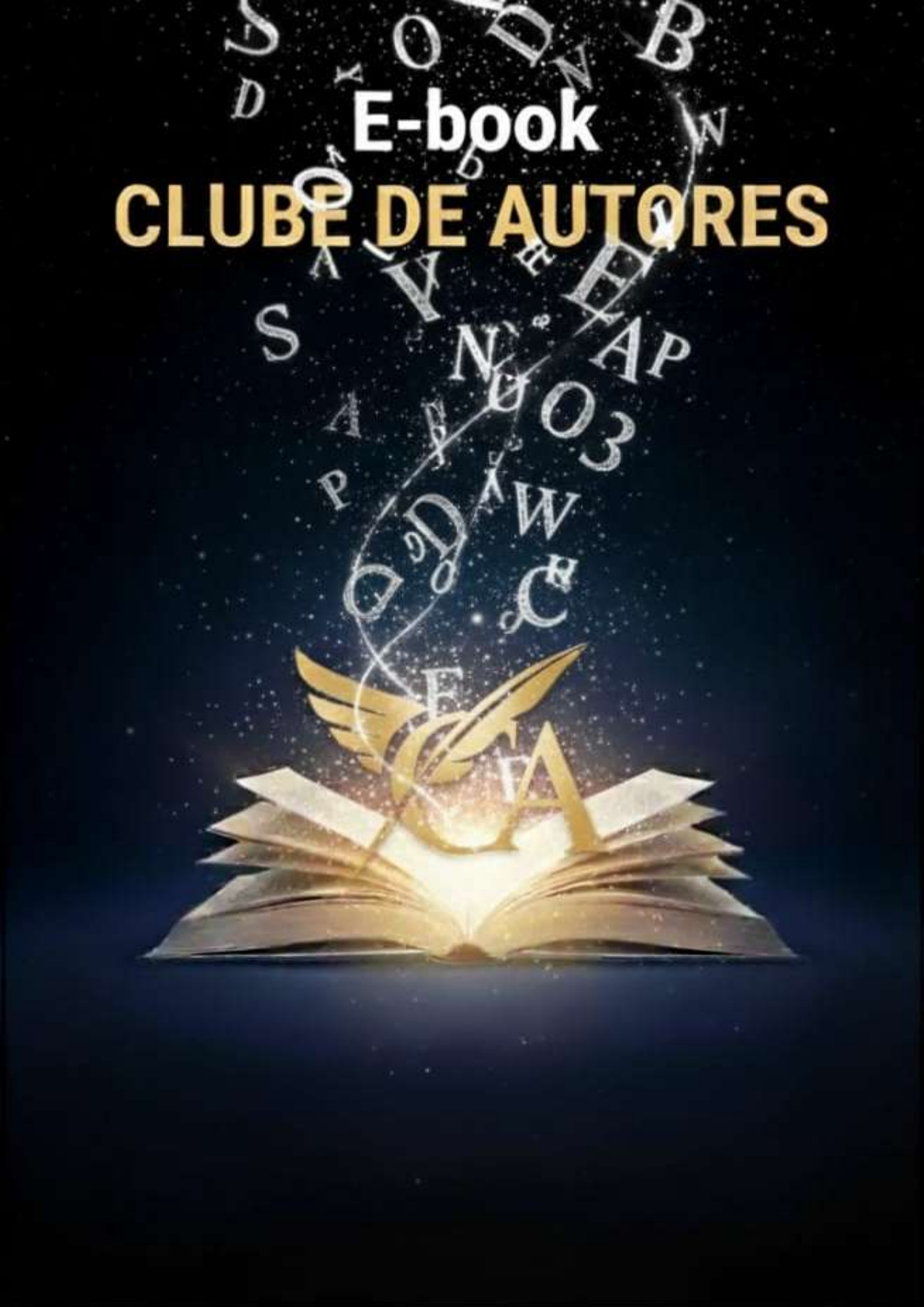
SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

SOBRINHO, Ivan Pereira da Silva. **Filosofia da Educação: uma abordagem sobre fundamentos da Educação Progressista no Brasil.** Estação Científica - Juiz de Fora, nº 13, janeiro–junho / 2015.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. 3ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 1968.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a democracia.** Rio de Janeiro: Ed.UFRJ. (Original publicado em 1936). 1997.

ZAMBRANO, María. **Filosofía y poesía.** Madrid: Ediciones Siruela, 1939.


E-book
CLUBE DE AUTORES